

PLANO DE GESTÃO 2015 - 2017

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO OPERACIONAL

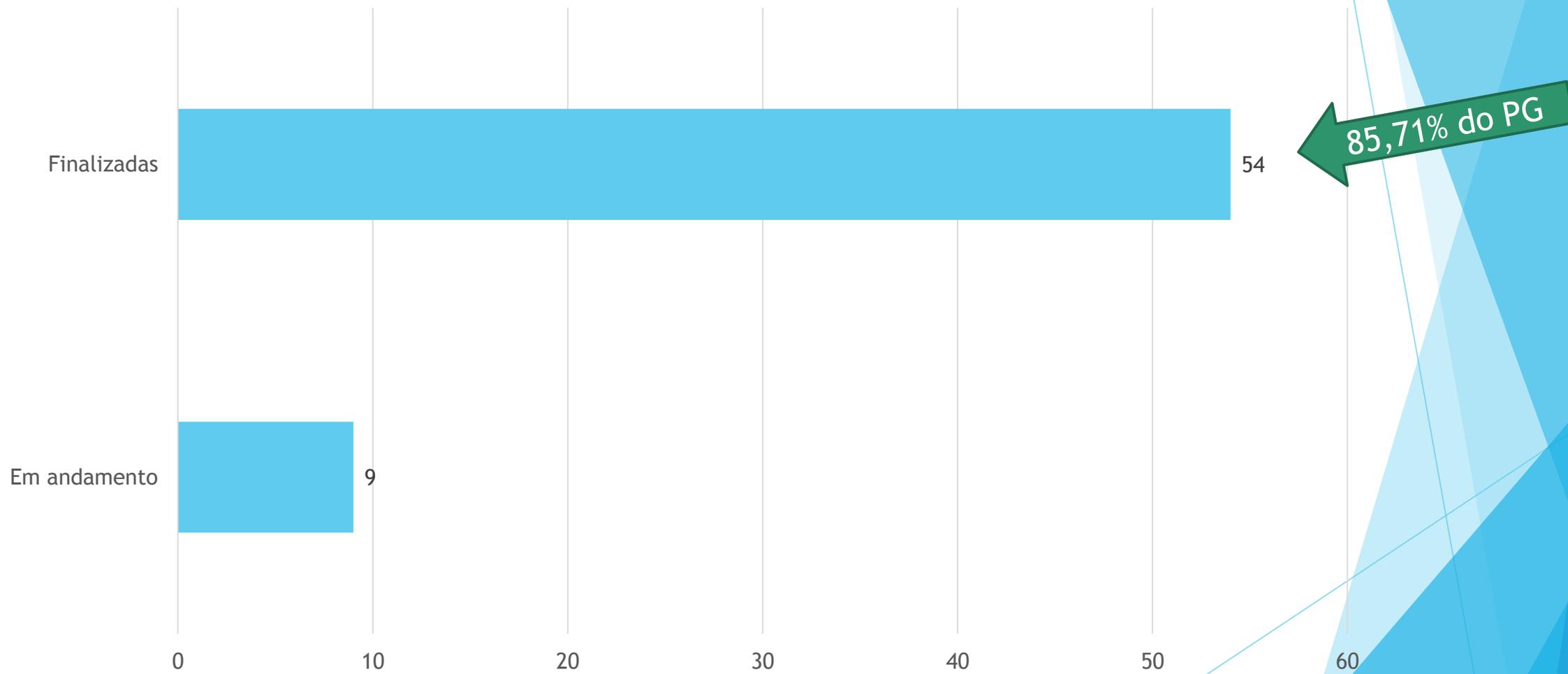
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA
COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO

RESULTADO DA EXECUÇÃO POR MACRODESAFIO



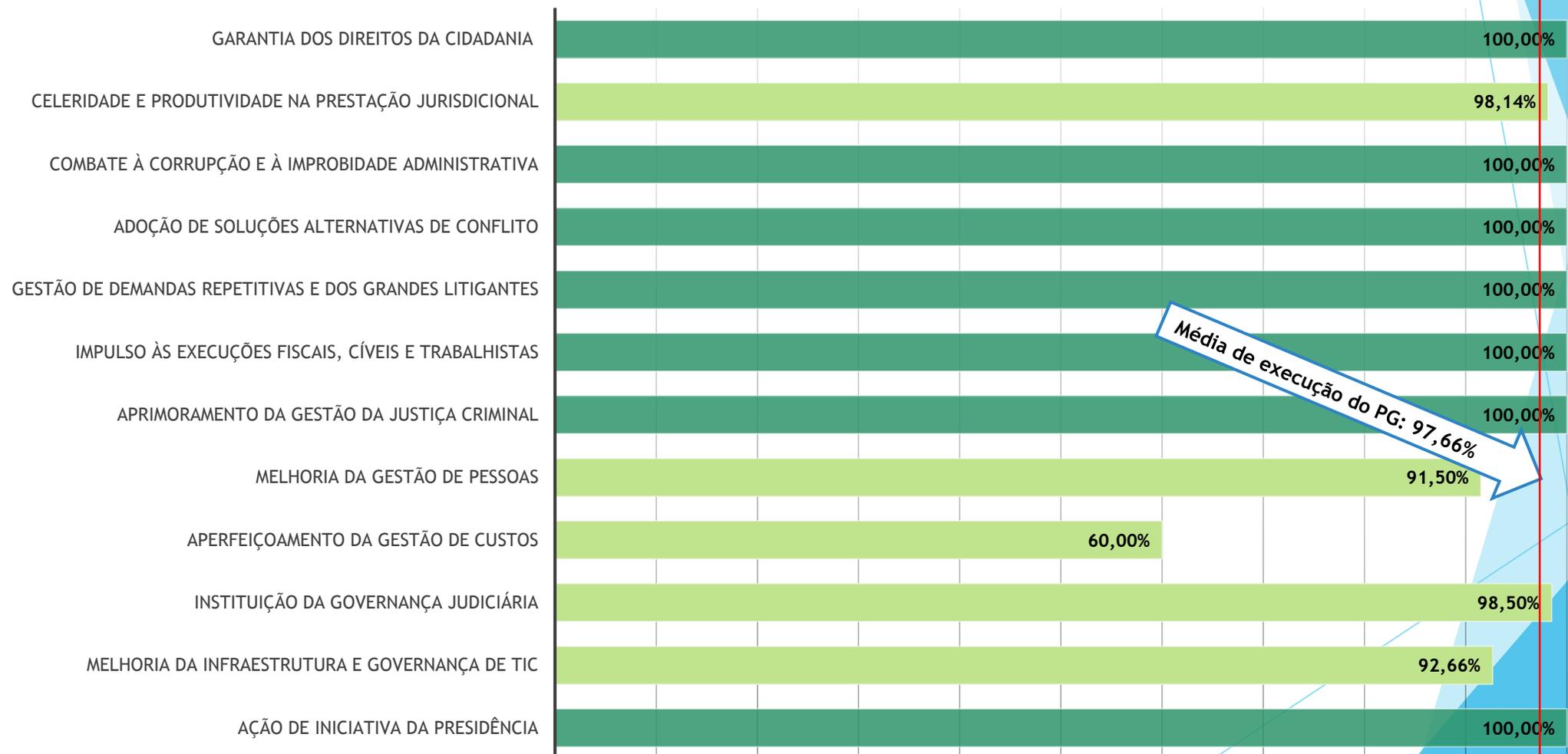
- INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DO SIMPLAN ATÉ O DIA 11 DE JANEIRO DE 2017.

AÇÕES: 63



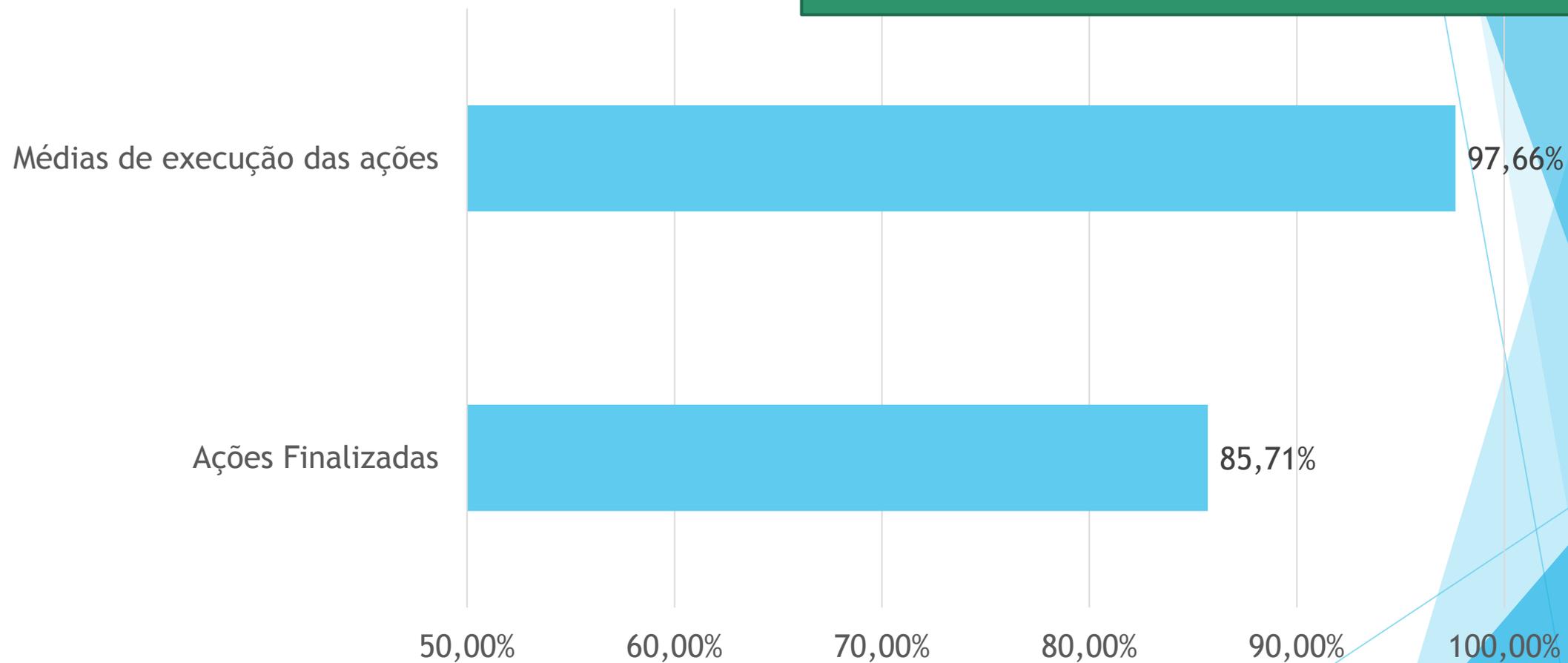
AÇÕES: 63

Grau de execução do Plano de Gestão 2015-2017 por Macrodesafio

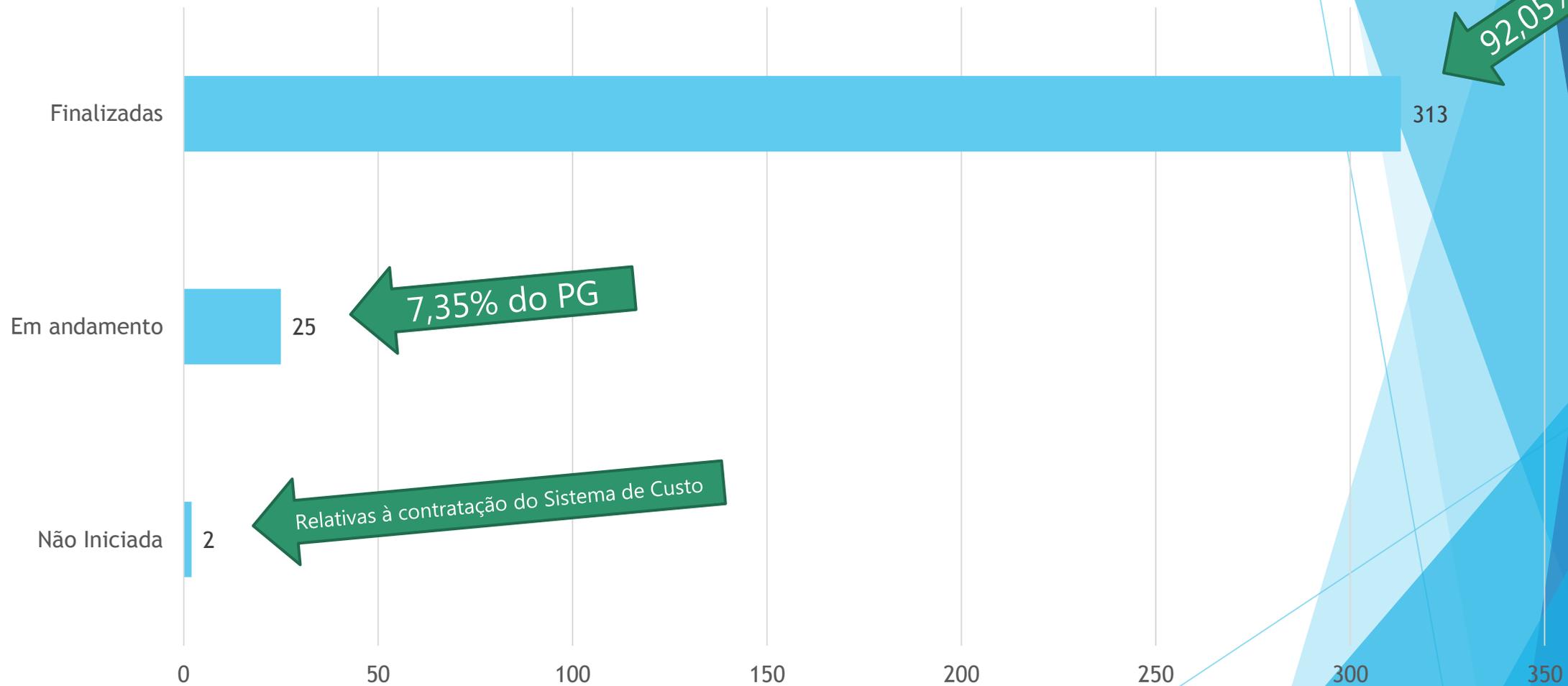


AÇÕES: 63

A média de execução das 63 ações do Plano de Gestão encerrou o exercício de 2016 em patamar superior ao total de ações finalizadas em virtude de que algumas ações não concluídas (9 ao todo) obtiveram percentual de execução acima de 85%, mas sem serem finalizadas, seja por questões orçamentárias, seja por questões operacionais internas.



ETAPAS: 340



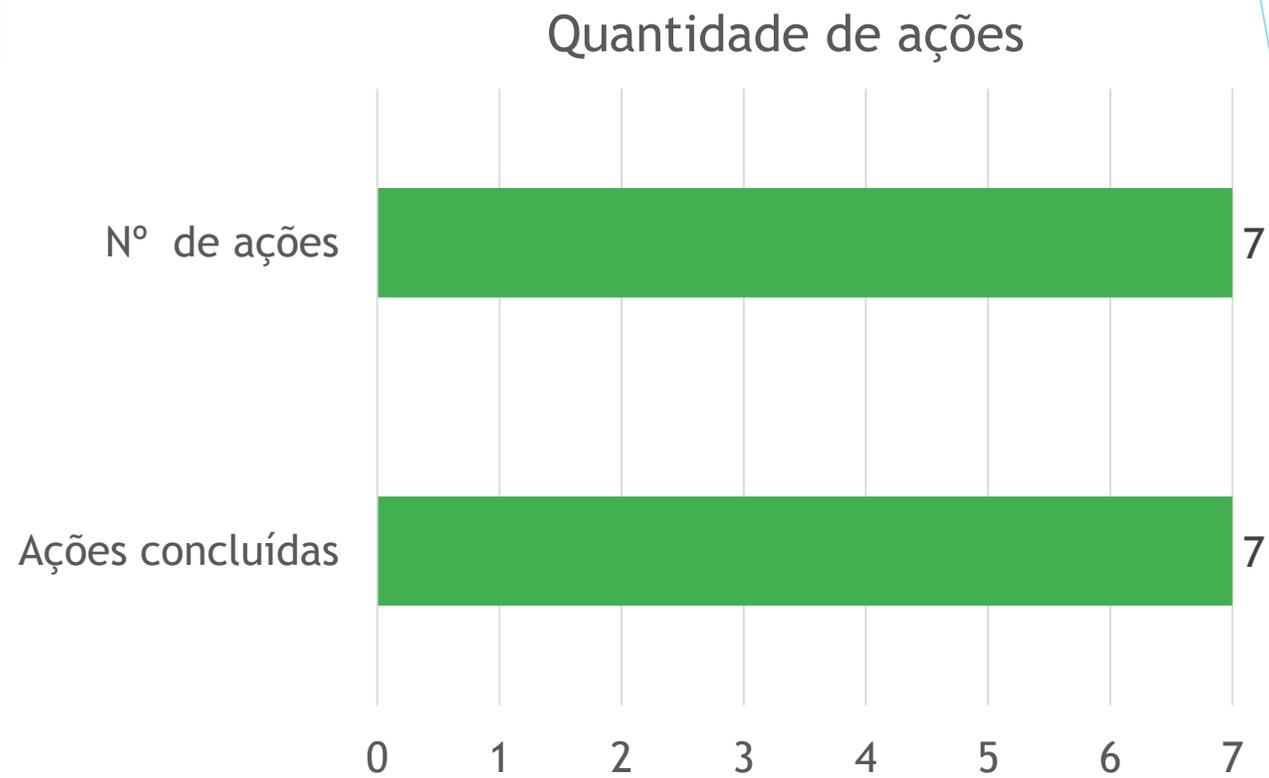
AÇÕES QUE NÃO FORAM CONCLUÍDAS NO PLANO DE GESTÃO 2015-2017

| AÇÃO | MOTIVO |
|---|--|
| 1 - APRIMORAR A PROTEÇÃO DAS INFORMAÇÕES | RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA ENTRE OUTROS |
| 2 - INTEGRAR OS SISTEMAS DO TJPA A SISTEMAS EXTERNOS, DE INTERESSE INSTITUCIONAL | FALTOU A INTEGRAÇÃO COM CADASTRO NACIONAL DE BENS APREENDIDOS (CNBA) |
| 3 - MELHORAR O FUNCIONAMENTO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO E DO MONITORAMENTO DE TIC | AINDA NÃO FOI REALIZADA A AQUISIÇÃO DE NOVA CENTRAL TELEFÔNICA PARA A CENTRAL DE SERVIÇOS. |
| 4 - MELHORAR OS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS | NÃO FOI CONCLUÍDA A IMPLANTAÇÃO DA REDE DE FIBRA ÓTICA EM SANTARÉM E ALTAMIRA, NEM REALIZADO NOVO CONTRATO DE TELEFONIA FIXA, ENTRE OUTRAS ETAPAS. |
| 5 - CRIAR PADRÕES CONSTRUTIVOS PARA UNIDADES JUDICIÁRIAS, TENDO EM VISTA ESPECIFICIDADES LOCAIS, EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, COM SUSTENTABILIDADE | SEM PERSPECTIVA DE PUBLICAÇÃO DE RESOLUÇÃO (AQUE ATUALIZA A RES.015/TJPA) AINDA NESTA GESTÃO |
| 6 - GARANTIR INFRAESTRUTURA PREDIAL APROPRIADA ÀS ATIVIDADES JUDICIAIS, TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS | A REESTRUTURAÇÃO DA EQUIPE DE TERCEIRIZADOS SÓ ACONTECERÁ EFETIVAMENTE EM 2017, UMA VEZ QUE O PROCESSO ASSOCIADO A ESSA REESTRUTURAÇÃO ENCONTRA-SE EM FASE INICIAL DE LICITAÇÃO (EDITAL JÁ PUBLICADO, COM ABERTURA PARA PROPSTA EM 23/12/16) |
| 7 - CONTRATAR SISTEMA DE CUSTOS | RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA |
| 8 - ELABORAR PLANO DE CAPACITAÇÃO | ESCOLA DO TJTO NÃO ASSINOU TERMO DE COOPERAÇÃO ENCAMINHADO PELA ESM EM JULHO DE 2016 |
| 9 - IMPLEMENTAR O PJE NO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E VARA CÍVEIS ATÉ 2016 | O PJE FOI IMPLEMENTADOS EM TODOS OS JUIZADOS, EXCETO SANTA BÁRBARA, E EM 4 VARAS CÍVEIS - 50 PROGRAMADAS NO PG |

Macrodessafio 1:

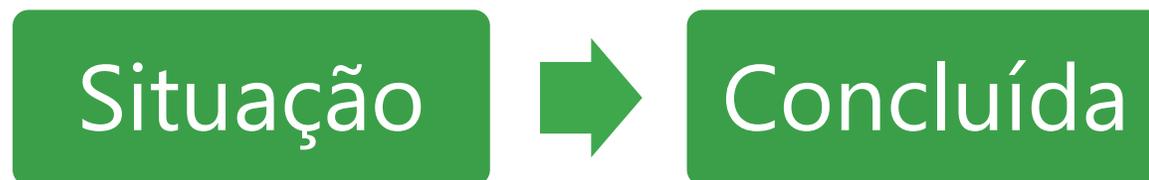
Garantia dos Direitos da Cidadania

MACRODESAFIO 1



MÔNICA MACIEL

AÇÃO 1 (1047): Elaborar projeto para definição de cargos entre aqueles criados na Lei 7.884/2014, objetivando a formação de equipes multidisciplinares em Varas com competência para os feitos em Infância e Juventude.



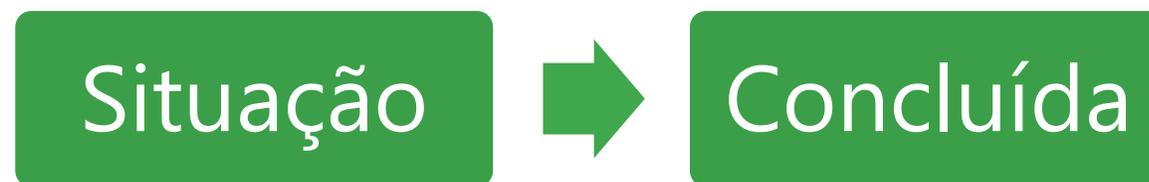
Responsável: Mônica Maciel Fonseca

Meta: Projeto aprovado

AÇÃO 1 (1047): Elaborar projeto para definição de cargos entre aqueles criados na Lei 7.884/2014, objetivando a formação de equipes multidisciplinares em Varas com competência para os feitos em Infância e Juventude.

- ✓ Foi feito levantamento do acervo processual e de pessoal nas unidades judiciais do Estado;
- ✓ Elaborado Projeto de Lei visando distribuir a lotação dos cargos de analista criados pela Lei 7.884/2014, de forma que do total de cargos criados (foram 400 cargos de analistas), 24 contemplem a área de psicologia, 26 de pedagogia e 16 de serviço social;
- ✓ O Projeto de Lei deu origem ao **PA-MEM-2015/21836**, que está em fase de análise interna no TJPA para futura apreciação e aprovação no Pleno e, se for o caso, encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

AÇÃO 2 (1052): Fortalecer a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ)



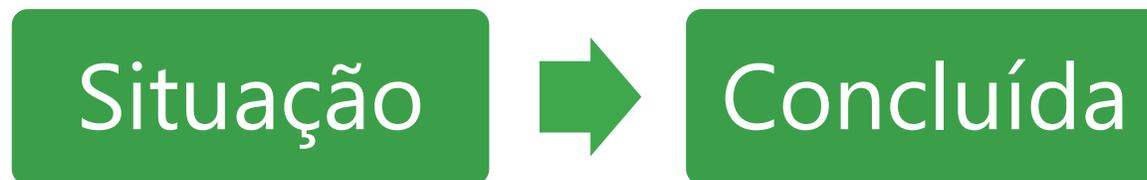
Responsável: Danielle de Cássia Buhrnheim

Meta: CEIJ estruturada

AÇÃO 2 (1052): Fortalecer a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ)

- ✓ Foram elaborados e encaminhados à Presidência projeto de instituição da CEIJ e seu Regimento Interno. A instituição da Coordenadoria foi indeferida por questões orçamentárias, e o processo que tratava do Regimento arquivado;
- ✓ Incluídas as ações exitosas da infância e juventude no banco de boas práticas;
- ✓ Realizado seminário “5 anos da CEIJ, desafios do cenário atual”;
- ✓ Encaminhado à Presidência Manual de procedimentos em infância e juventude;
- ✓ Reeditado Boletim Semestral da CEIJ;
- ✓ Realizada pesquisa com 72 unidades judiciárias que detectou a necessidade de ampliação do quadro de pessoal especializado, dado que 83% das unidades pesquisadas informaram não possuir equipes interprofissionais completas (psicólogo, pedagogo e assistente social), além do fato de que o sistema socioeducativo em meio fechado estar extremamente centralizado, com unidades socioeducativas de internação, inclusive provisória, somente nas cidades de Belém, Ananindeua, Benevides, Marabá e Santarém. A unidade socioeducativa feminina existe apenas na cidade de Ananindeua. Também foram detectadas dificuldades de gerenciamento de fluxo de preenchimento dos cadastros nacionais da infância e da juventude. Algumas unidades chegaram a indicar que realizam o preenchimento apenas anualmente, o que compromete não só a qualidade dos dados, mas afeta diretamente a vida dos envolvidos, especialmente no que se refere às crianças e adolescentes disponíveis para adoção, assim como dos pretendentes devidamente habilitados e não incluídos no Cadastro Nacional de Adoção - CNA. Além disso, os dados apontam também que apenas um número reduzido de comarcas vêm realizando efetivamente cursos para pretendentes à adoção.

AÇÃO 3 (1066): Fortalecer o trabalho de itinerância



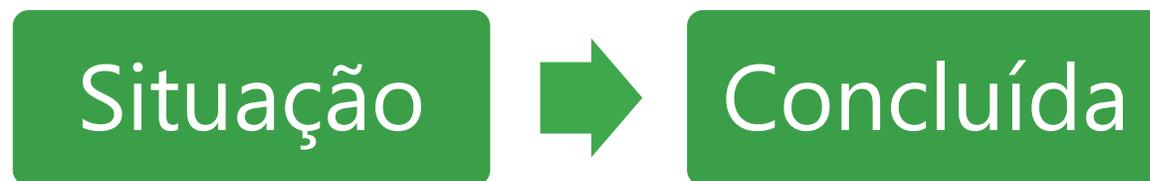
Responsável: Vânia Valente Fontes Bitar Cunha

Meta: Atendimentos realizados

AÇÃO 3 (1066): Fortalecer o trabalho de itinerância

- ✓ O serviço de itinerância nas Comarcas do Interior visitou os municípios de Bagre, Breves, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Ponta de Pedras, Benevides, Primavera e Quatipuru, totalizando mais de 2.400 atendimentos;
- ✓ O Projeto Verão com Justiça somou mais de 3.500 atendimentos em Outeiro, Mosqueiro e Salinas, durante os anos de 2015 e 2016;
- ✓ O Dia Internacional do Idoso registrou quase 800 atendimentos;
- ✓ A Jornada de Conciliação alcançou quase 5.000 atendimentos nos anos de 2015 e 2016;
- ✓ Por último, o “Esporte com Justiça” registrou 31 atendimentos, decorrentes de conflitos entre torcedores.

AÇÃO 4 (1075): Ampliar o projeto Ribeirinho Cidadão



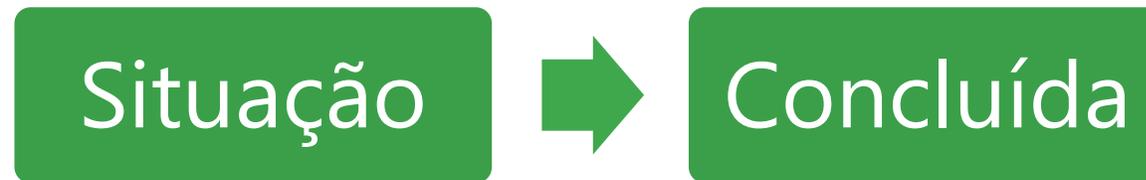
Responsável: Vânia Valente Fontes Bitar Cunha

Meta: Atendimentos realizados

AÇÃO 4 (1075): Ampliar o projeto Ribeirinho Cidadão

- ✓ No ano de 2015 o Ribeirinho Cidadão executou suas ações nos municípios de São Caetano de Odivelas com 3,9 mil atendimentos, e Maracanã com 3,2 mil atendimentos;
- ✓ No ano de 2016 o projeto atingiu os municípios de Curuçá e Santarém com aproximadamente 5 mil e 20 mil atendimentos, respectivamente.

AÇÃO 5 (1081): Criar banco de informações de ações coletivas



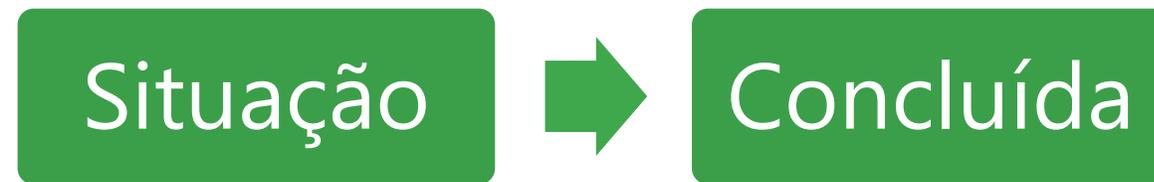
Responsável: Mônica Maciel Fonseca

Meta: Banco de Ações Coletivas implementado

AÇÃO 5 (1081): Criar banco de informações de ações coletivas

- ✓ Foi realizado o detalhamento dos assuntos que comporiam o Banco de Ações Coletivas (BAC);
- ✓ Aperfeiçoado o Sistema LIBRA para contemplar os assuntos referidos;
- ✓ Elaborado e publicado provimento conjunto para definição dos fluxos de informações dos processos entre cartórios e Secretaria de Informática para alimentação do Banco de Ações Coletivas;
- ✓ No mês de novembro de 2016, o Dep. de Relações Institucionais publicou Banner com orientações básicas para inserção de processos no BAC, além de matéria a respeito, dando assim, ampla divulgação da ferramenta para o público interno do Tribunal. Também existe a previsão de publicação do BAC no Portal Externo do Tribunal (para consulta pública), conforme previsto no Provimento Conjunto N°03/2015.

AÇÃO 6 (1088): Criar grupo de trabalho (GT) para apoiar o julgamento de ações coletivas



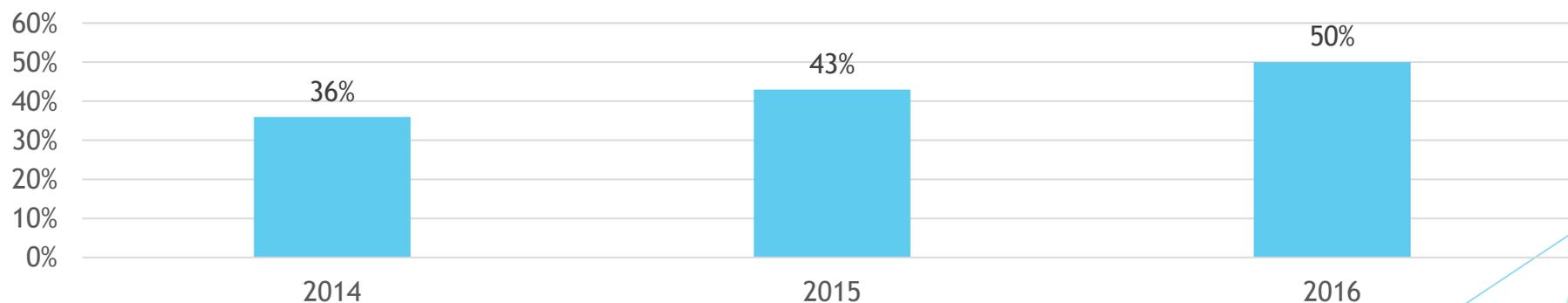
Responsável: Rafael Maia

Meta: Grupo de trabalho instituído

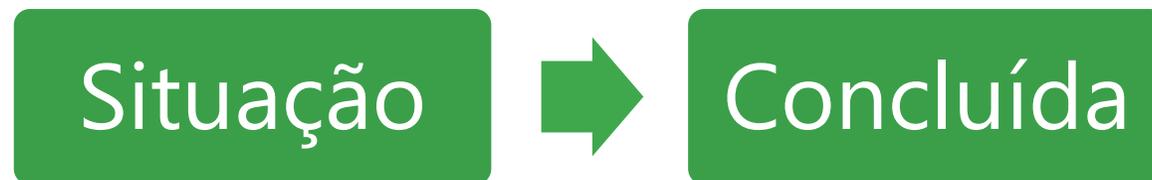
AÇÃO 6 (1088): Criar grupo de trabalho (GT) para apoiar o julgamento de ações coletivas

- ✓ Em setembro de 2015 foi disponibilizado curso na Escola Superior de Magistratura - ESM - sobre o assunto e;
- ✓ Criado grupo de trabalho (Portaria nº 1945/2015-GP) para julgamento de processos da Meta 6 (ações coletivas), com impacto positivo sobre o resultado do ano de 2015 que fechou com 43% de julgamento dos processos distribuídos até 2012, enquanto que no ano anterior esse resultado foi de 35%, com relação às ações distribuídas até 2011.
- ✓ No ano de 2016, o TJPA julgou 50% das ações coletivas distribuídas até 2013 no 1º grau.

Grau de Julgamento da Meta 6



AÇÃO 7 (1092): Realizar estudo para tratar da redefinição de competência das varas agrárias especializadas



Responsável: Márcio Bittencourt

Meta: Minuta de Resolução e/ou Minuta de Proposta de Lei redefinindo a competência das Varas Agrárias elaborada

AÇÃO 7 (1092): Realizar estudo para tratar da redefinição de competência das varas agrárias especializadas

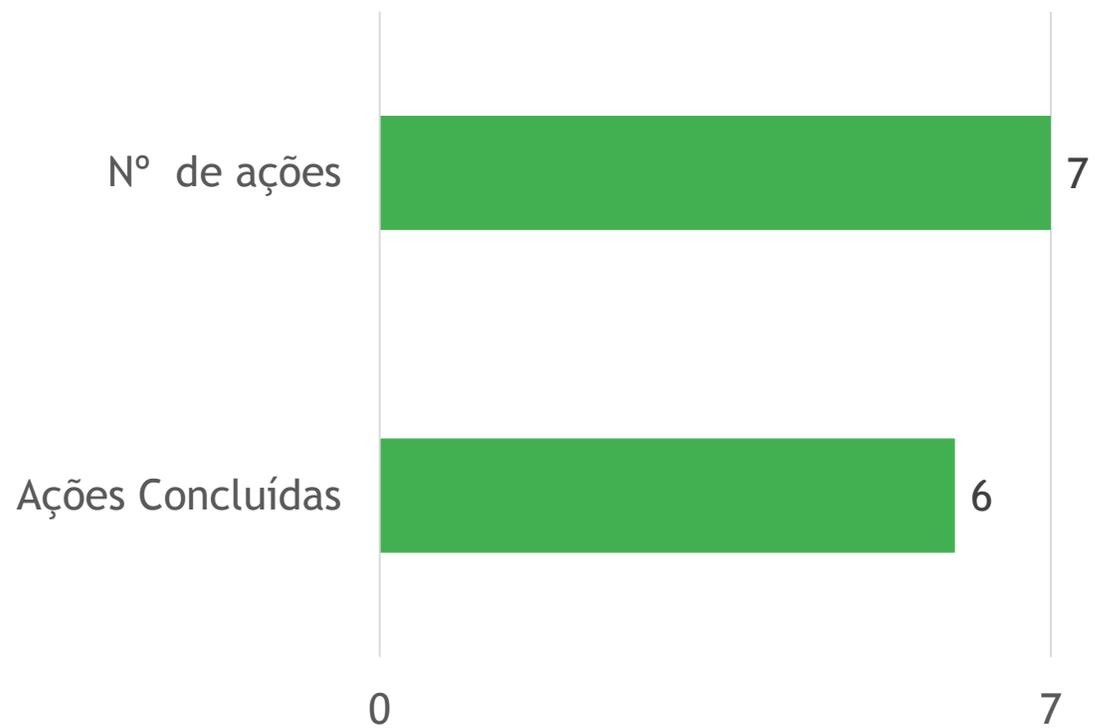
- ✓ Em outubro de 2015 foi realizada, junto a todos os juízes, pesquisa de opinião sobre a redefinição das competências das Varas Agrárias;
- ✓ No mês de abril de 2016 foi entregue relatório com os resultados da pesquisa, sendo que a maior parte dos entrevistados (16 de 25) optaram por alterar a competência das varas agrárias para que passem a receber processos relacionados a questões ambientais e minerárias;
- ✓ Ao final de setembro de 2016 foram elaboradas e entregues quatro minutas propondo alteração de competência das atuais varas agrárias, dos juizados criminais ambientais e criação de um vara Ambiental em Belém;
- ✓ Após análise das minutas, a Presidência indeferiu as quatro propostas, dado que a competência das unidades já está estabelecida na Constituição Estadual (art. 167), e sua mudança não poderia ser realizada por meio de Resolução.

Macrodesafio 2:

Celeridade e
Produtividade na
Prestação Jurisdicional

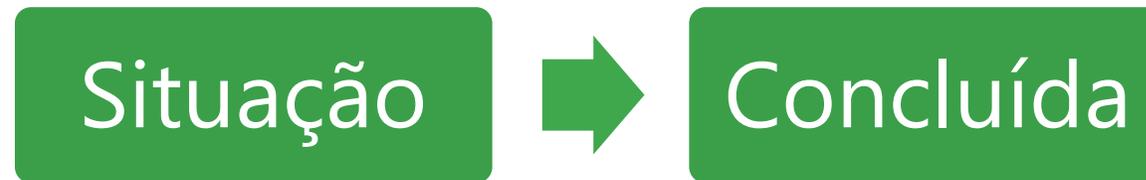
MACRODESAFIO 2

Quantidade de ações



LÚCIO GUERREIRO

AÇÃO 1 (1096): Conceder certificação digital e treinar magistrados e servidores



Responsável: Daniel Fontes

Meta: Certificado digital emitido

AÇÃO 1 (1096): Conceder certificação digital e treinar magistrados e servidores

- ✓ No biênio 2015-2016 foram emitidos aproximadamente 700 certificados através de convênio com a Caixa Econômica Federal e 2.176 por meio da empresa Soluti, totalizando 2.876 certificações digitais.

AÇÃO 2 (1099): Implementar o Processo Judicial Eletrônico - PJe - no sistema dos juizados especiais cíveis e varas cíveis até 2016



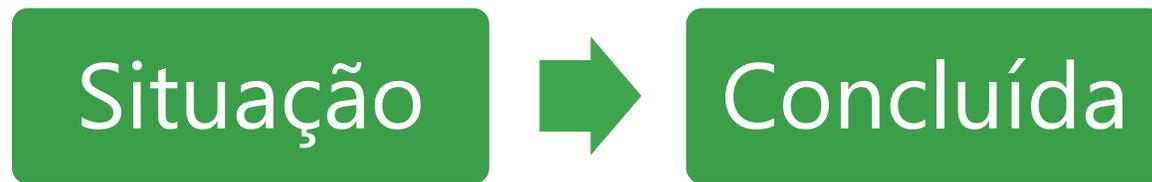
Responsável: Rodrigo Medeiros

Meta: PJE implantado

AÇÃO 2 (1099): Implementar o PJe no sistema dos juizados especiais cíveis e varas cíveis até 2016

- ✓ Foi criado o grupo gestor do PJe, mediante Portaria nº 1238/2015-GP, e definido o seu cronograma de implantação nos anos de 2015 e 2016;
- ✓ Definido o fluxo das varas cíveis, com respectiva configuração das classes e fluxos no sistema, assim como sua homologação;
- ✓ Até o momento o PJe foi implantado em 34 unidades dos Juizados Especiais e Turma Recursal, faltando apenas o Juizado de Santa Bárbara do Pará;
- ✓ No início de setembro de 2016, o PJe começou a ser implantado também nas varas comuns, começando pelas quatro varas de fazenda de Belém. Ao todo, está previsto a implantação do sistema em 50 Varas Cíveis da RMB;
- ✓ Até o momento, aproximadamente 310 servidores foram capacitados em PJe, de um total de 462 capacitações previstas.

AÇÃO 3 (1108): Realizar estudos relativos à estrutura mínima, funcional e física, bem como a dinâmica organizacional das unidades judiciárias, por competência processual



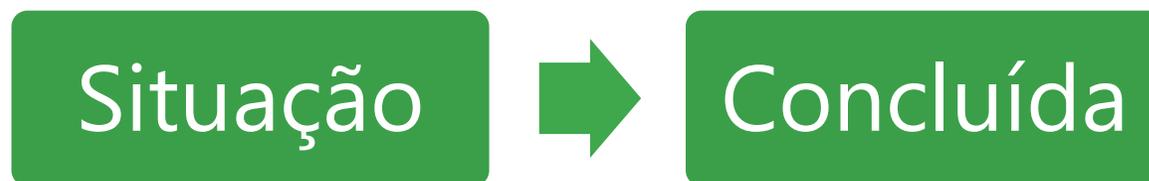
Responsável: Josiane Vieira

Meta: Estudo realizado

AÇÃO 3 (1108): Realizar estudos relativos à estrutura mínima, funcional e física, bem como a dinâmica organizacional das unidades judiciárias, por competência processual.

- ✓ Foi realizado levantamento do volume processual das Varas Cíveis e Criminais, por competência e, mediante Portaria nº 3663/2011-GP e Resolução nº26/2015-TJPA, ficou estabelecido o quadro mínimo de servidores nos gabinetes dos magistrados do 1º e 2º graus;
- ✓ Foi realizado estudo preliminar para determinar, por competência, o número mínimo de servidores;
- ✓ Foi construído relatório das atividades do grupo de trabalho instituído através da Portaria 4761/2016 para executar as regras impostas pela Res. nº 219/2015.
- ✓ O objetivo final da equipe formada pela Portaria 4761/2016 é a apresentação de um ato normativo. Entre os itens constante nesse ato (Resolução do TJPA) está a construção da Lotação Paradigma, previsto na Res. Nº 219/2015 do CNJ, que será posteriormente publicada no Portal da Transparência. Para isso, analistas da Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Informática e Coordenadoria de Estatística trabalham para que aconteça a adequação dos sistemas informatizados de gestão de pessoas e área judiciária, visando a aplicação automatizada das fórmula de que trata a Res. 219/CNJ, com conseqüente aplicação de medidas visando equilibrar demanda processual e número de servidores em todas as unidades do Poder Judiciário Estadual.

AÇÃO 4 (1112): Realizar protocolos de intenções com a Secretaria de Segurança Pública para contribuir com a celeridade processual



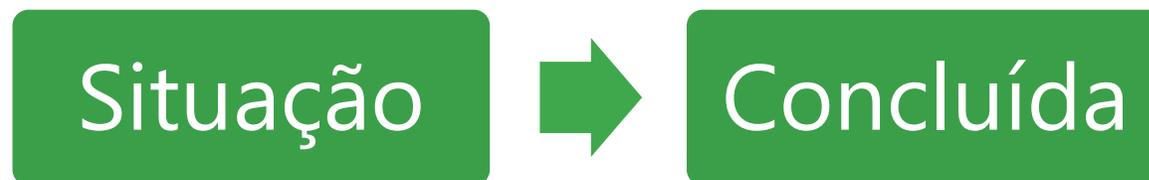
Responsável: Lúcio Guerreiro

Meta: Protocolo firmado

AÇÃO 4 (1112): Realizar protocolos de intenções com a Secretaria de Segurança Pública para contribuir com a celeridade processual

- ✓ Feitas reuniões ao longo de 2015 e 2016 com membros do Poder Judiciário e da Secretaria de Segurança Pública do Estado, a fim de viabilizar o acesso aos laudos e perícias on-line;
- ✓ No dia 21/11/2016 foi realizada a 7ª reunião com os órgãos envolvidos no desenvolvimento do projeto para implantação dos Laudos e Pericias On-Line. Ficou acordado que no dia 01/12/2016 o sistema desenvolvido pelos técnicos do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves será disponibilizado para consulta às Comarcas da Região Metropolitana e do Interior;
- ✓ Quanto aos Inquéritos Policiais, após a exposição de motivos apresentada pelos partícipes, foi constatado que os entraves técnicos e jurídicos relativos à interoperabilidade entre os sistemas das instituições continuam impedindo a realização do protocolo de intenções com a Polícia Civil. Em momento oportuno, deverá ser discutida novamente a operacionalidade dos sistemas e regulamentação dos inquéritos policiais.

AÇÃO 5 (1117): Criar Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números



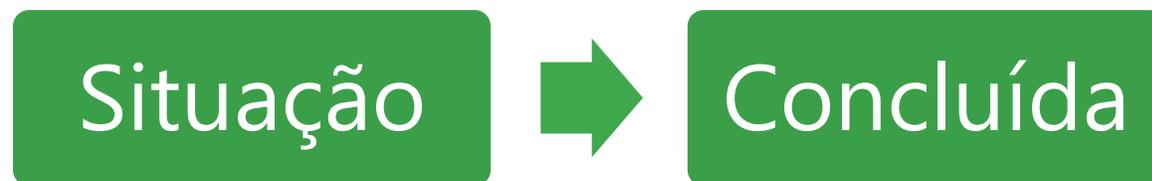
Responsável: Lúcio Guerreiro

Meta: Grupo gestor criado

AÇÃO 5 (1117): Criar Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números

- ✓ Foi criado Grupo Gestor de Metas e Justiça e Números, mediante Portaria nº 2831/2015-GP;
- ✓ Foram tomadas decisões com vistas à atualização da tabela de competências do LIBRA (PA-MEM-2016-11785, atualmente em análise pelo Grupo Gestor do LIBRA) e a redução do congestionamento processual (PA-OFI-2016/02835), por meio de cursos que tratem de procedimentos de baixas processuais e cadastramento correto de processos. Em 15/12/16, a SGP encaminhou aos servidores e magistrados e-mail comunicando o lançamento de curso livre “autoinstrucional” (sem o acompanhamento de tutor) sobre cadastro de documentos no LIBRA, realizado por meio de ensino à distância.

AÇÃO 6 (1121): Realizar diagnóstico das unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA)



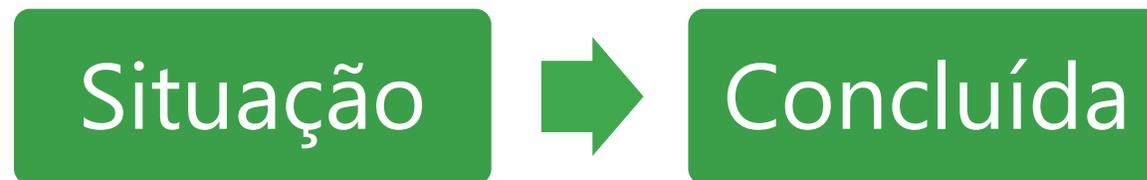
Responsável: Lúcio Guerreiro

Meta: Diagnóstico elaborado

AÇÃO 6 (1121): Realizar diagnóstico das unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA)

- ✓ Foi realizado levantamento das Varas com maiores taxas de congestionamento e encaminhado às Corregedorias da RMB e Interior para avaliação;
- ✓ As Corregedorias produziram relatórios com as possíveis razões do congestionamento. Em seguida, foi realizada reunião com a participação dos Juízes Auxiliares das Corregedorias e da Presidência (27/11/15), quando ficaram decididas as seguintes providências: a informática realizaria procedimentos de baixas de processos que não existem mais fisicamente (ativados automaticamente, aproximadamente 4 mil processos baixados, e apensos em situação processual diferente dos processos originários (pais), aproximadamente 38 mil processos, sendo 5 mil baixados);
- ✓ As Corregedorias comunicarão as unidades sobre a necessidade de baixar os apensos em andamento (Ofícios circulares conjuntos 007/2015 e 003/2016) e realização de cursos via EAD (sobre procedimentos de baixa);
- ✓ Entre os dias 05 e 07 de dezembro de 2016, e no dia 09 de dezembro do mesmo ano, foi realizada a Semana de baixa de processos, visando melhorar a Taxa de Congestionamento do Tribunal de Justiça do Estado.

AÇÃO 7 (1127): Construir cenários prospectivos para a expansão judiciária



Responsável: Lúcio Guerreiro

Meta: Relatório de cenário elaborado

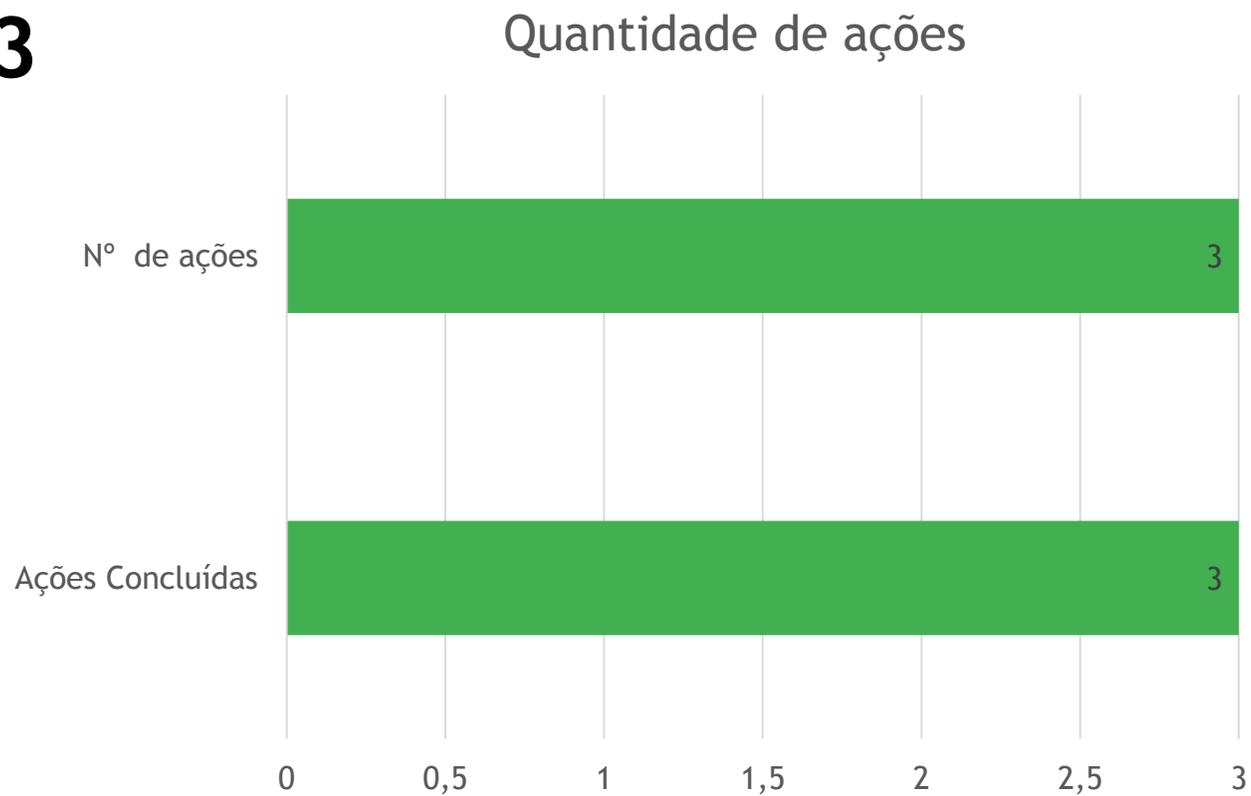
AÇÃO 7 (1127): Construir cenários prospectivos para a expansão judiciária

- ✓ Foi realizado levantamento dos principais projetos econômicos no Estado do Pará que possuem potencial suficiente para elevar a curva de demanda judicial;
- ✓ A ação foi finalizada com elaboração de proposta de elevação de Canaã dos Carajás e Novo Progresso à 2ª Entrância (elevações já criadas pela Lei 8.460/2017). Criação de Comarca em Santa Bárbara do Pará (já aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça), e criação de varas nas comarcas de Barcarena, Bragança, Novo Progresso, Paragominas e Tucuruí.

Macrodesafio 3:

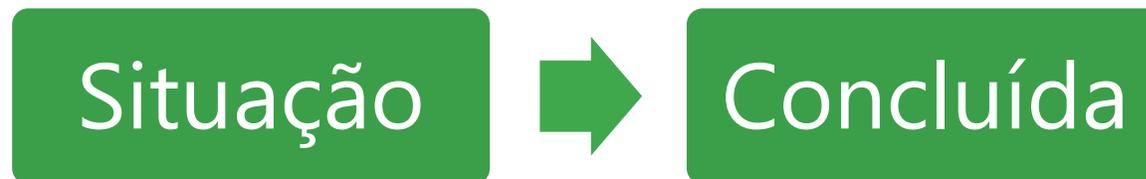
COMBATE À CORRUPÇÃO E
À IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA

MACRODESAFIO 3



ANA ANGÉLICA OLEGÁRIO

AÇÃO 1 (1130): Identificar e monitorar as ações de improbidade e crimes contra a administração pública



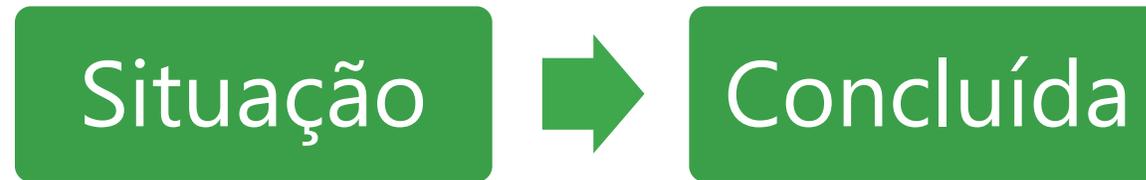
Responsável: Ana Angélica

Meta: Sistemática de monitoramento implantada

AÇÃO 1 (1130): Identificar e monitorar as ações de improbidade e crimes contra a administração pública.

- ✓ Foi feito levantamento do quantitativo de processos de corrupção e de ações coletivas;
- ✓ Identificadas as unidades com maiores acervos e estabelecida sistemática de identificação desses processos por meio de tarjas laterais;
- ✓ Foi criado link no Portal das Metas, possibilitando fácil acesso à lista de processos pendentes (metas 4 e 6 por unidade judiciária). A mesma lista também passou a ser disponibilizada no Resumo Diário do LIBRA, como forma de otimizar o foco das unidades;
- ✓ A ação foi encerrada após lançamento de relatório do 1º quadrimestre no Simplan, devidamente encaminhado ao Gab. do Des. Ronaldo Valle e aos Juízes participantes dos Grupos de Trabalhos das Metas 4 e 6.

AÇÃO 2 (1140): Promover apoio ao julgamento de ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública



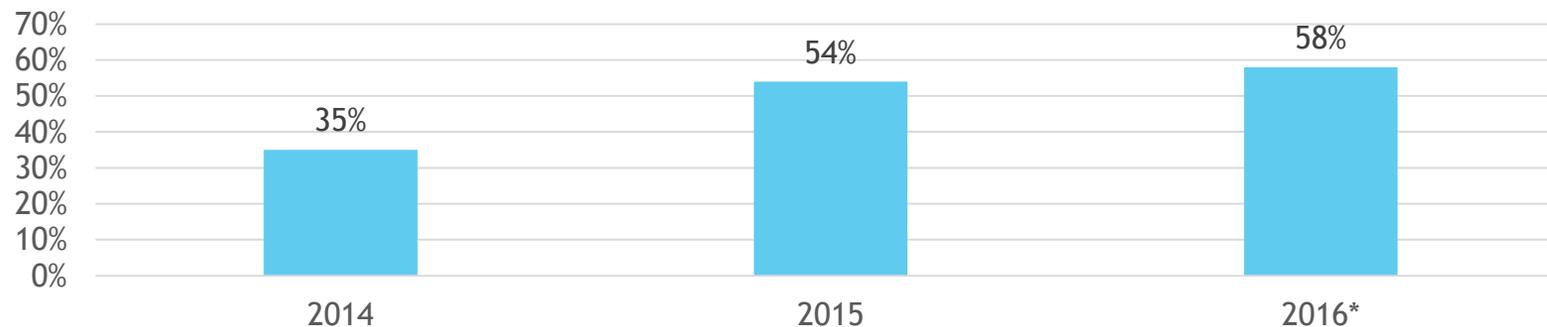
Responsável: Ana Angélica

Meta: Ação realizada

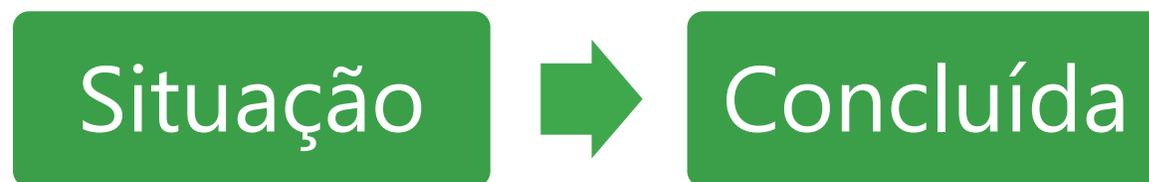
AÇÃO 2 (1140): Promover apoio ao julgamento de ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública

- ✓ Foi realizado curso sobre o tema no mês de maio de 2015;
- ✓ Criado grupo de trabalho para apoio ao julgamento de ações que tratam de corrupção e ações coletivas (Portarias nº 1945/2015-TJPA e 268/2016-GP) e implementada a Semana de Combate à Corrupção (novembro de 2015, abril e agosto de 2016);
- ✓ Como consequência dessas medidas, o TJPA julgou mais de 58% dos processos de improbidade distribuídos até 2013. Em 2015, esse percentual foi de 54%.

Grau de Julgamento da Meta 4



AÇÃO 3 (1144): Modernizar varas privadas de Fazenda Pública



Responsável: Ana Angélica

Meta: Vara de fazenda estruturada

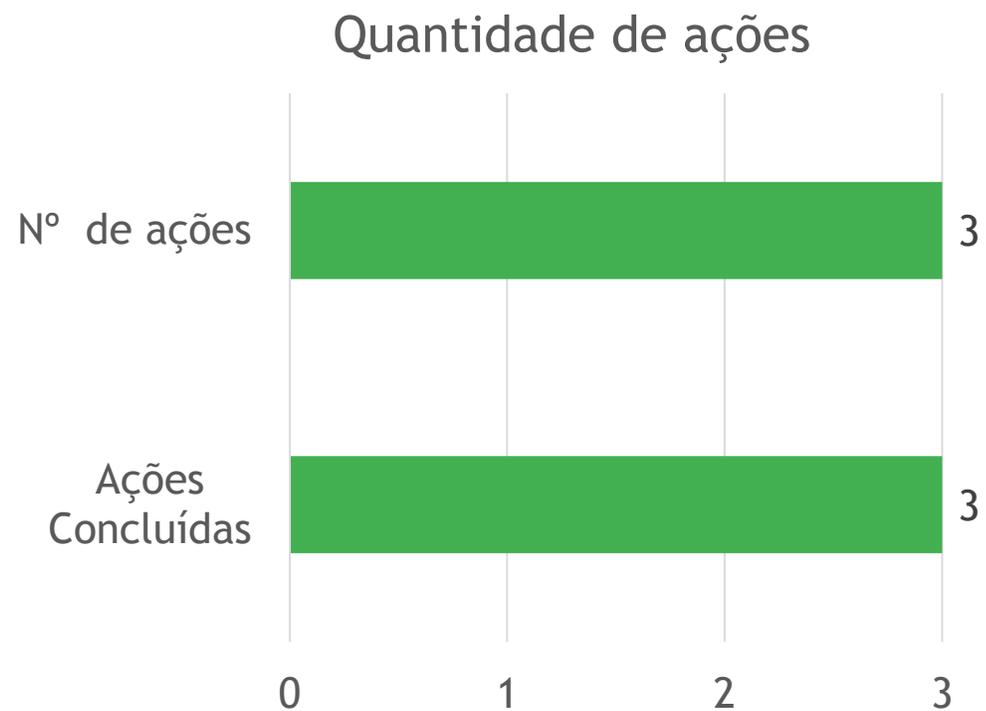
AÇÃO 3 (1144): Modernizar varas privadas de Fazenda Pública

- ✓ Foram realizadas visitas técnicas à Secretaria única do TJSP, assim como foi feita visita da Diretora da Secretaria única do TJSP às Varas de Fazenda de Belém;
- ✓ Também foram realizadas oficinas de planejamento nas varas de Fazenda Pública e designação do juiz Coordenador do processo de instalação da Secretaria Única. As secretarias das varas de fazenda foram reorganizadas (com redução de 2,5 mil processos), e também foram realizadas reuniões de avaliação do processo de reorganização das secretarias;
- ✓ A ação foi finalizada com a criação, por meio da Lei nº 8.099/2015 e Res.19/2016, da 5ª Vara de Fazenda de Belém (Vara de Tutelas Coletivas), instalada em 16/12/16.

Macrodesafio 4:

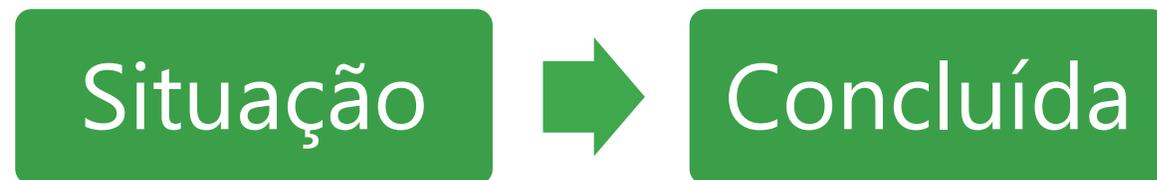
ADOÇÃO DE SOLUÇÕES
ALTERNATIVAS DE
CONFLITO

MACRODESAFIO 4



SILVIA MARA BENTES

AÇÃO 1 (1149): Elaborar plano de estruturação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC



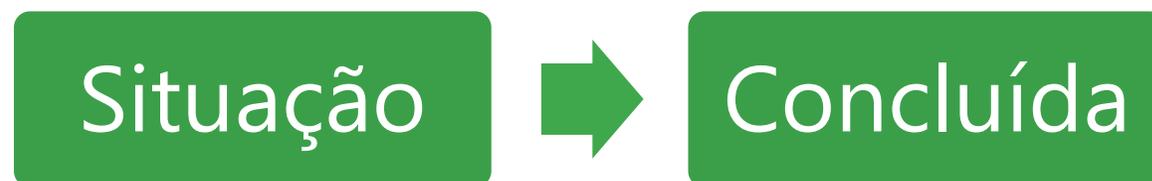
Responsável: Silvia Mara Bentes

Meta: Apresentação da minuta de reestruturação do NUPEMEC encaminhada à Comissão de Organização Judiciária

AÇÃO 1 (1149): Elaborar plano de estruturação do NUPEMEC

- ✓ Para o cumprimento dessa ação, foram realizadas reuniões com o NUPEMEC e seus membros para discussão acerca da alteração da Resolução que estrutura o Núcleo. Após a elaboração da minuta com as sugestões propostas, esta foi encaminhada à Presidência do TJPA para aprovação e encaminhamento à Comissão de Organização Judiciária, que deliberou a respeito durante a 19ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno (01/06/16). No dia seguinte, foi publicada a Res.15/2016, que dispõe sobre o NUPEMEC e os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC's, e revoga a Res.11/2013.

AÇÃO 2 (1153): Implantar sistema eletrônico de suscitação de resolução de conflitos



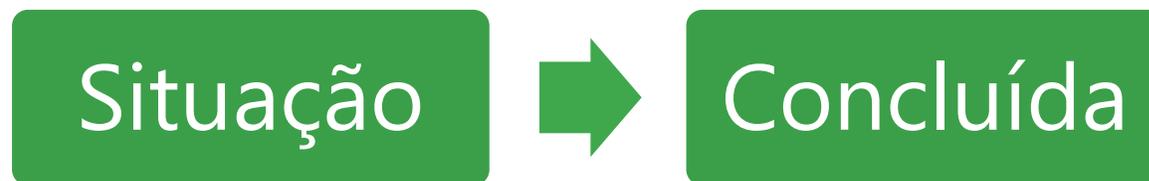
Responsável: Silvia Mara Bentes

Meta: Sistema eletrônico implantado

AÇÃO 2 (1153): Implantar sistema eletrônico de suscitação de resolução de conflitos

- ✓ Foram realizadas reuniões de trabalho para discussão do sistema eletrônico;
- ✓ A proposta de sistema foi apresentada pela Secretaria de Informática à Dra. Silvia Mara, aos membros dos Cejusc's e à Presidência do Tribunal;
- ✓ Posteriormente foi elaborado manual de utilização do sistema (guias de procedimentos para os agentes envolvidos como o assessor e o conciliador);
- ✓ Para a utilização do sistema nos CEJUSC, foram realizados treinamentos para capacitação de 19 (dezenove) servidores. Sendo: um (01), no CEJUSC da Casa de Justiça e Cidadania em outubro de 2015; cinco (05), no CEJUSC FAMAZ, em março de 2016; seis (06), no CEJUSC Parauapebas no período de 25 a 29/04/2016; cinco (05), no CEJUSC Paragominas em fevereiro de 2016; e, dois (02) no CEJUSC Santarém no período de 11 a 15/04/2016. No total, foram 19 servidores capacitados em todos os 6 Cejusc's do Estado;
- ✓ Em junho de 2016, com a edição da Portaria 2.848/2016-GP, a ação foi dada como encerrada. A partir do dia 27/06/16, toda reclamação só poderá ser proposta pelo método digital.

AÇÃO 3 (1153): Elaborar eventos de sensibilização e capacitação dos conciliares, mediadores e conflitantes



Responsável: Silvia Mara Bentes

Meta: Evento realizado

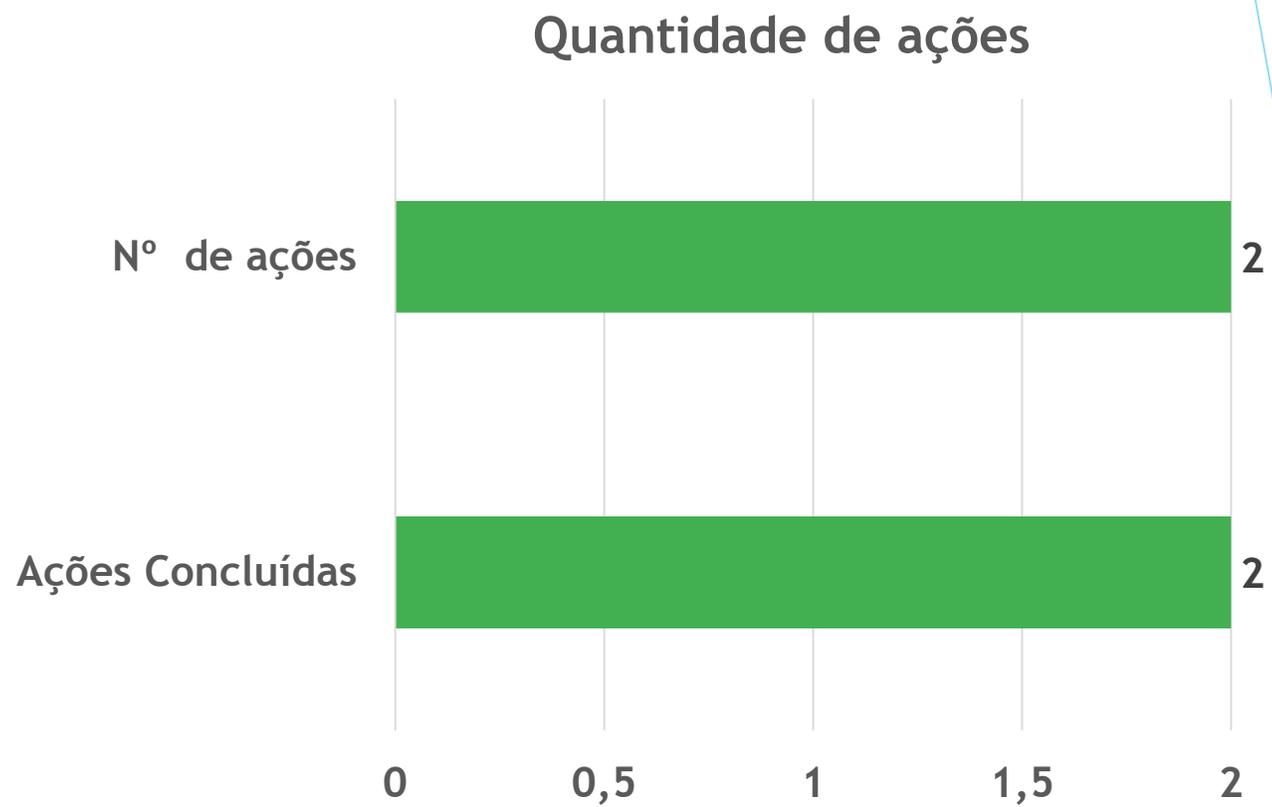
AÇÃO 3 (1153): Elaborar eventos de sensibilização e capacitação dos conciliares, mediadores e conflitantes

- ✓ Foram realizadas reuniões com a Escola Superior de Magistratura e com a equipe de capacitação do NUPEMEC para a definição de cronograma de cursos de capacitação. No segundo semestre do ano de 2015, foram promovidos dois cursos para capacitação em mediação na FAMAZ e reuniões de sensibilização com os envolvidos (Famaz, TCM, SESPA e SESMA) nos processos de conciliação e mediação.

Macrodesafio 5:

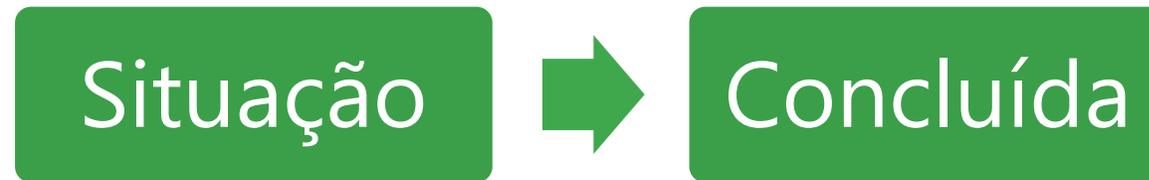
**GESTÃO DE DEMANDAS
REPETITIVAS E DOS
GRANDES LITIGANTES**

MACRODESAFIO 5



CÉSAR LOBO

AÇÃO 1 (1162): Reestruturar o setor responsável pelo controle das demandas repetitivas



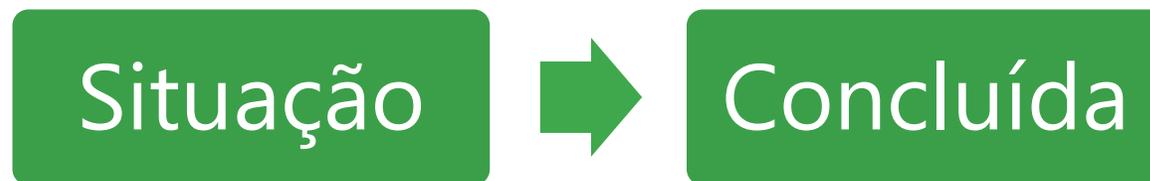
Responsável: César Lobo

Meta: Reestruturação concluída

AÇÃO 1 (1162): Reestruturar o setor responsável pelo controle das demandas repetitivas

- ✓ Foi implementado novo layout do setor;
- ✓ Elaborado organograma e fluxograma do setor;
- ✓ Os procedimentos de rotina foram uniformizados;
- ✓ Foram definidos oito núcleos de trabalho por competência e elaborado, mediante Resolução nº 002/2015-GP, o instrumento legal do novo setor;
- ✓ Também foram realizadas reuniões de orientação sobre a nova forma de trabalho e procedimentos. A ação foi encerrada com a reformulação do site do setor nos portais internos e externos do TJPA.

AÇÃO 2 (1171): Implantar mecanismos de controle das demandas repetitivas e dos grandes litigantes



Responsável: César Lobo

Meta: Sistema validado

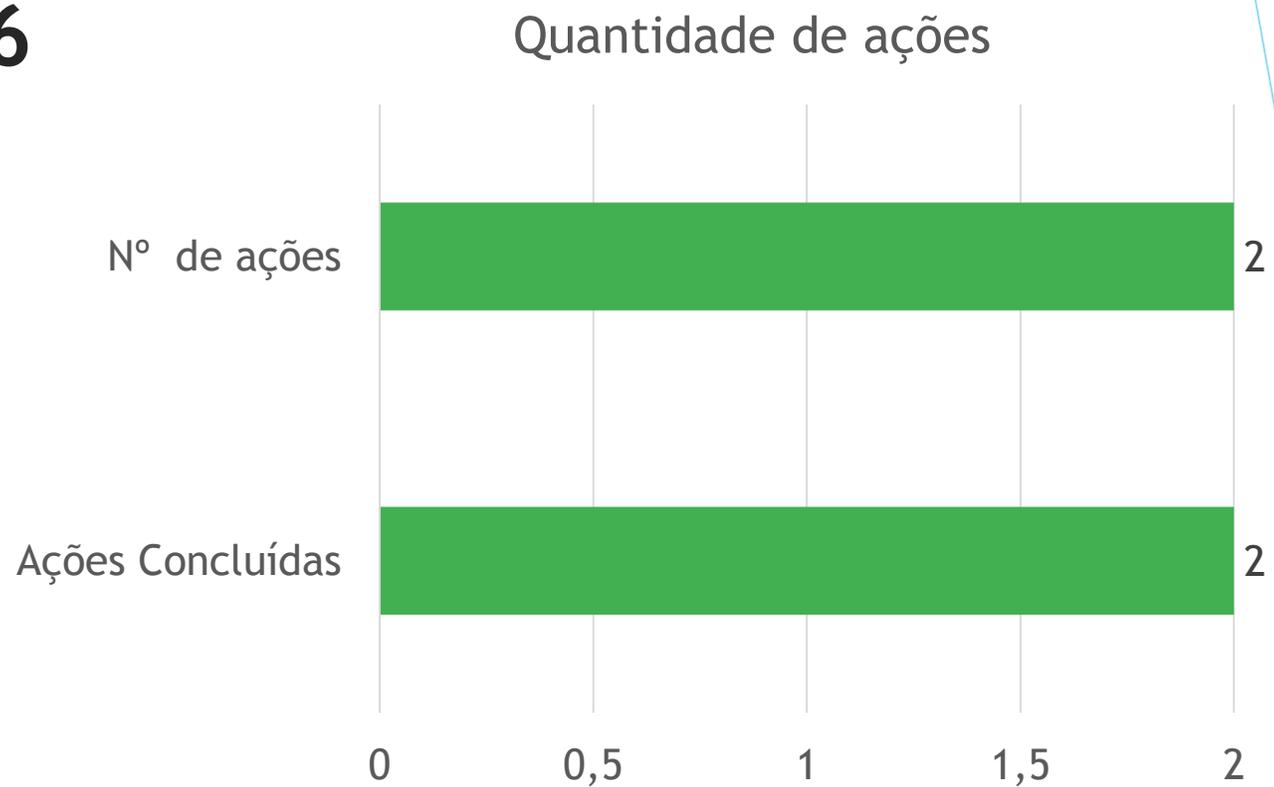
AÇÃO 1 (1171): Implantar mecanismos de controle das demandas repetitivas e dos grandes litigantes

- ✓ Foi realizada visita técnica ao TJRS, a fim de encontrar sistema compatível com o LIBRA;
- ✓ Feita adaptação no sistema LIBRA a partir da criação de módulo para identificação dos potenciais casos de demanda de massa;
- ✓ A ação foi finalizada com a capacitação dos membros da Coordenadoria de Recursos Especiais e Extraordinários, e posterior implantação do sistema, que aconteceu em dezembro de 2015.

Macrodesafio 6:

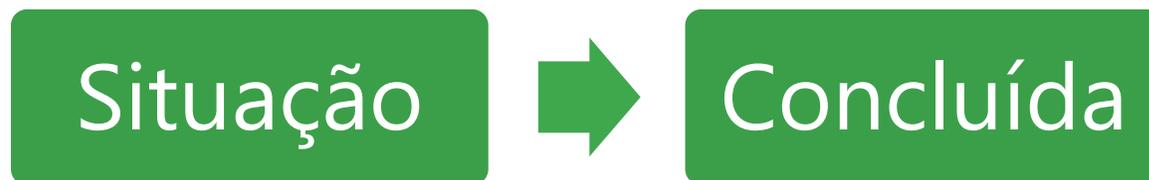
IMPULSO ÀS EXECUÇÕES
FISCAIS, CÍVEIS E
TRABALHISTAS

MACRODESAFIO 6



KÉDIMA LYRA

AÇÃO 1 (1180): Criar boas práticas de rotinas em execução fiscal



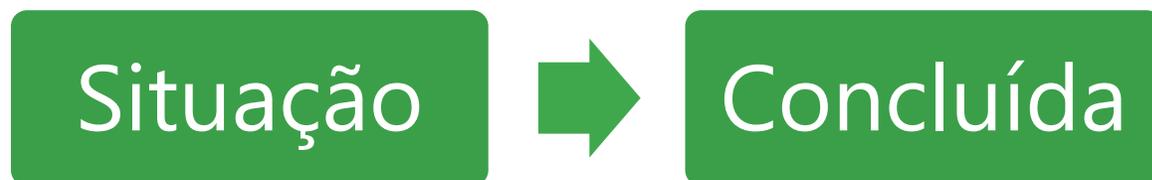
Responsável: Márcio Góes

Meta: Implantação das boas práticas de utilização de soluções tecnológicas nas varas de execução fiscal.

AÇÃO 1 (1180): Criar boas práticas de rotinas em execução fiscal

- ✓ Foram construídos os seguintes manuais: Cadastro de Documentos em Lote e Distribuição Automática no sistema LIBRA, todos direcionados para as varas de execução fiscal;
- ✓ Houve atualização da ferramenta V-POST;
- ✓ Esses aperfeiçoamentos foram implementados na 1ª e 2ª Varas de Execução Fiscal, dado que a 3ª realiza citação e intimação eletrônica.

AÇÃO 2 (1184): Fomentar a prática da conciliação judicial no âmbito da execução fiscal



Responsável: Kédima Lyra

Meta: Projeto institucionalizado

AÇÃO 2 (1184): Fomentar a prática da conciliação judicial no âmbito da execução fiscal

- ✓ Reuniões foram realizadas nos meses de agosto e setembro de 2015 para repassar informações e logística de trabalho à 3ª Vara de Execução Fiscal, com presença da Magistrada titular da Vara e servidores do gabinete e Procuradores do Estado, com vista à realização da Semana de Conciliação Estadual;
- ✓ Ainda no mês de setembro, foi realizada reunião para repassar informações documentais e de logística de trabalho à 2ª Vara de Execução Fiscal, com presença da Magistrada titular da Vara e servidores do gabinete, com intuito da realização da Semana de Conciliação Municipal;
- ✓ Foram realizadas três semanas de conciliação fiscal em 2015 com os seguintes resultados.

Semana de Conciliação Fiscal Estadual (3ª Vara de Execução Fiscal)

**Período: 21 a 25 e 28 a 30 de setembro de
2015**

Pessoas atendidas: 353

Acordos homologados: 120

Valores homologados: 5,89 milhões de reais

Semana de Conciliação Fiscal Municipal (1ª Vara de execução Fiscal)

Período: 19 a 23 de outubro de 2015

Pessoas atendidas: 796

Acordos homologados: 756

Valores homologados: 5,13 milhões de reais

Semana de Conciliação Fiscal Municipal (2ª Vara de execução Fiscal)

Período: 16 a 20 de novembro de 2015

Pessoas atendidas: 536

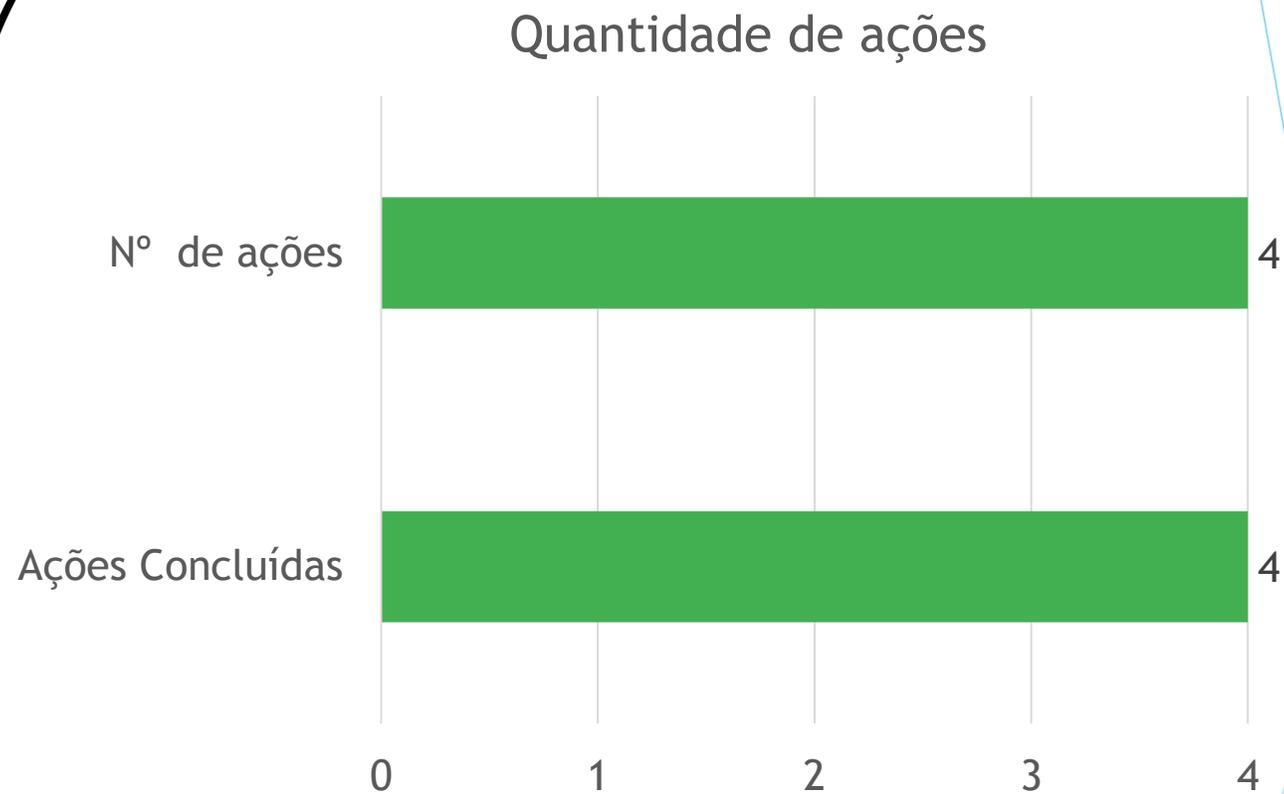
Acordos homologados: 441

Valores homologados: 3,84 milhões de reais

Macrodesafio 7:

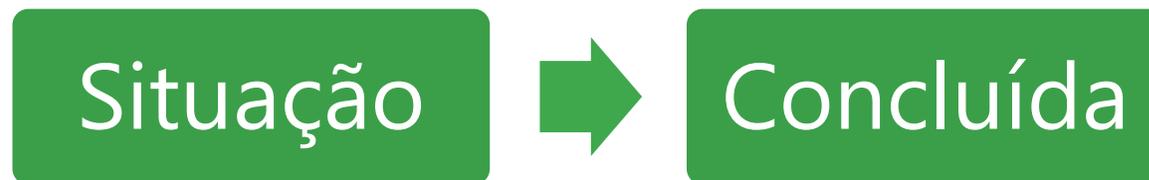
APRIMORAMENTO DA
GESTÃO DA JUSTIÇA
CRIMINAL

MACRODESAFIO 7



RAIMUNDO FLEXA

AÇÃO 1 (1190): Fortalecer a rede de proteção à mulher



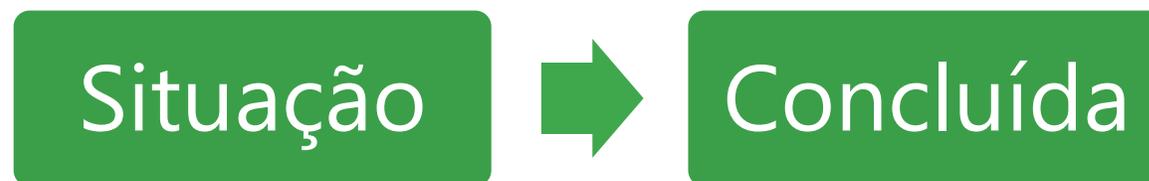
Responsável: Otávio Albuquerque

Meta: Vara reorganizada

AÇÃO 1 (1190): Fortalecer a rede de proteção à mulher

- ✓ Foi realizado diagnóstico pela Secretaria de Informática do TJPA sobre o número de processos de violência doméstica e familiar nas comarcas do Estado do Pará, assim como foi elaborado estudo para criação de núcleo de oficiais de justiça nas varas de Violência contra a Mulher;
- ✓ Foram realizadas quatro capacitações ao longo de 2015 e 2016: capacitação de novos servidores para atuarem no Centro Integrado junto ao Propaz Mulher; capacitação de terceiros (policiais civis e militares) sobre a Lei Maria da Penha; capacitação de guardas municipais e dos juízes e servidores das varas especializadas para uso do aplicativo SOS Mulher; nova capacitação de servidores para atuarem no Centro Integrado junto ao Propaz Mulher;
- ✓ Também foram realizados 13 eventos temáticos relacionados à proteção da mulher, tais como a Semana da Mulher, palestra sobre os 10 anos da lei Maria da Penha, palestras em canteiros de obras, mutirão nos bairros, entre outros.

AÇÃO 2 (1196): Fortalecer a rede de proteção à criança e ao adolescente vítima de violência



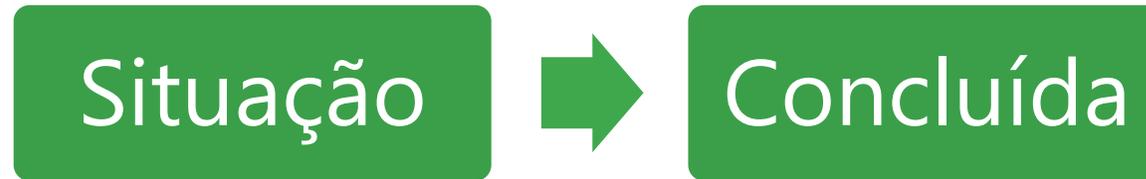
Responsável: Wagner Costa

Meta: Ação realizada

AÇÃO 2 (1196): Fortalecer a rede de proteção à criança e ao vítima de violência

- ✓ Foi feito levantamento situacional das comarcas de Ananindeua, Castanhal, Marabá, Altamira e Santarém quanto às práticas de depoimento especial;
- ✓ Em outubro de 2016, foi realizada mesa de debates acerca de procedimentos que envolvam a apuração de crimes contra a dignidade sexual. Participaram como mediadores os Juízes Mônica Maciel, titular da Vara de Crimes Contra a Criança e Adolescente, e Wagner Costa, responsável pela ação. Também participaram do evento membros da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude - CEIJ, Promotoria de Justiça e Polícia Militar;
- ✓ Também foi realizado, no período entre 12/09/16 e 26/10/16, curso sobre Depoimento Especial e escuta de criança e adolescente no sistema de justiça para magistrados e servidores das comarcas de Ananindeua, Castanhal, Santarém, Marabá e Altamira, na modalidade ensino à distância;
- ✓ Em dezembro de 2016, foi entregue minuta de projeto de adequação técnica para desenvolvimento das práticas de depoimento especial, que prevê, entre outras, evitar ou minimizar maiores danos (especialmente os psíquicos) à pessoa em desenvolvimento, vítima de violência sexual, e maior confiabilidade das provas obtidas a partir do depoimento das vítimas do abuso sexual, evitando-se distorções decorrentes da falta de conhecimento técnico do entrevistador, do estado psicológico da vítima, ou mesmo do ambiente onde o depoimento é prestado.

AÇÃO 3 (1202): Implantar círculos restaurativos



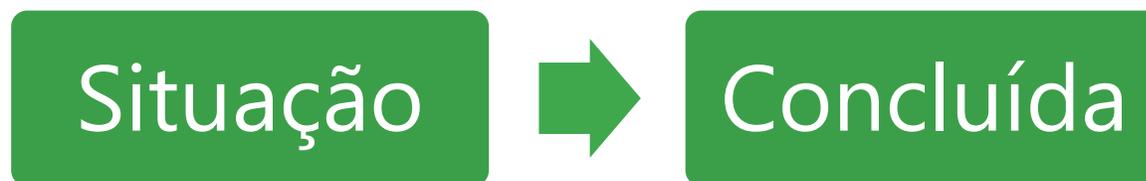
Responsável: Otávio Albuquerque

Meta: Ciclo restaurativo realizado

AÇÃO 3 (1202): Implantar círculos restaurativos

- ✓ Foi feita triagem dos casos pela equipe multidisciplinar, convocados partícipes e feita agenda dos encontros;
- ✓ Foram realizados 3 pré-círculos restaurativos, dentre 27 previstos anteriormente;
- ✓ Em 2016 a ação sofreu modificações por conta da não aprovação do Núcleo de Práticas Restaurativas, e também pela dificuldade de realização dos círculos, já que é necessária a participação voluntária das partes (a maior parte se recusa a participar);
- ✓ A ação continuou com a realização de seminários sobre o tema durante a Semana Mundial de Justiça Restaurativa - JR, em novembro de 2016. Esses seminários aconteceram no Colégio Ideal e comunidade escolar de Icoaraci, atingindo assim uma quantidade maior de pessoas que passaram a conhecer melhor essa nova forma de resolução de conflito;
- ✓ Também foram realizadas reuniões interinstitucionais para implantação da Justiça Restaurativa, momento em que foram discutidas atividades de estudo sobre JR, planejamento de Círculos, discussão de casos e ações de divulgação. Vários órgãos participaram dessas reuniões, tais como a CEIJ/TJEPA, Varas de Violência Doméstica, Varas da Infância e Juventude/TJEPA, Funpapa, Fasepa, MP, DP, UEPA, UFPA, Fundação Propaz, entre outros.

AÇÃO 4 (1209): Implantar Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU - nas Varas de Execução Penal na RMB



Responsável: João Augusto Oliveira

Meta: Sistema implantado

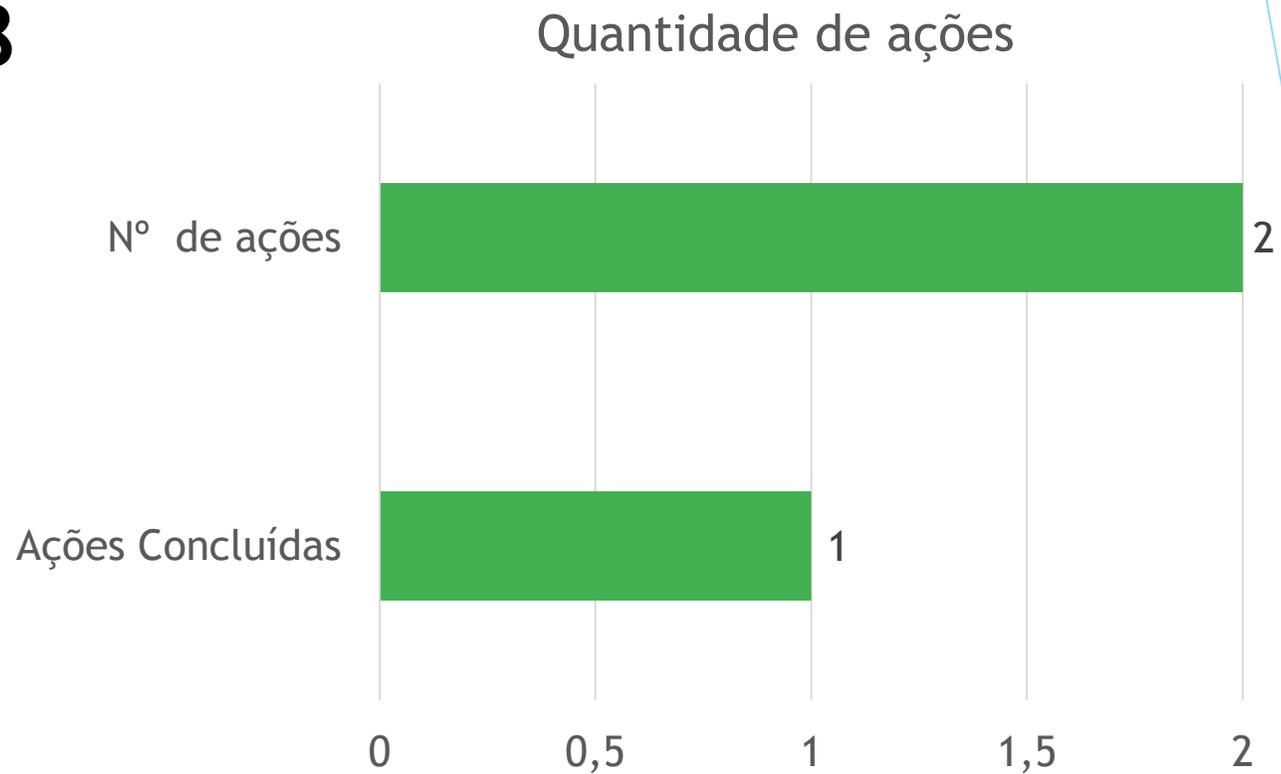
AÇÃO 4 (1209): Implantar Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU - nas Varas de Execução Penal na RMB

- ✓ Foi definido cronograma de trabalho e realizada reunião com a SECINFO;
- ✓ Atualmente, a Vara de Execução Penal da RMB (antiga 2ª Vara de Execução Penal) já opera com o SEEU, adotado pelo TJPA por meio da Res. Nº 23/2016 que deverá eliminar os processos físicos nos próximos anos, dando maior agilidade para tramitação desse tipo de ação. Gradativamente, o sistema será implantado nas demais unidades com competência para processar e julgar os feitos de execução penal, dependendo das condições técnicas e operacionais do Tribunal de Justiça.

Macrodesafio 8:

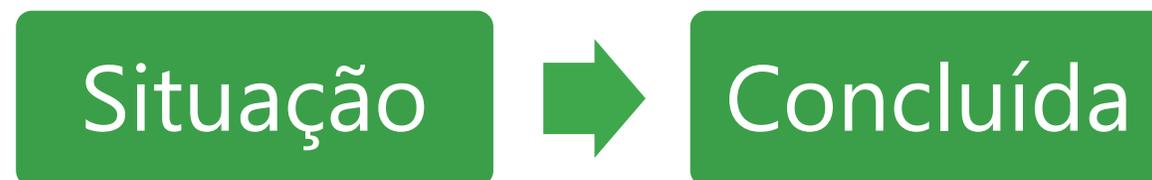
MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS

MACRODESAFIO 8



DIOGO BRITO

AÇÃO 1 (1215): Realizar Estudos de Gestão por Competências



Responsável: Diogo Brito

Meta: Estudo realizado

AÇÃO 1 (1215): Realizar Estudos de Gestão por Competências

- ✓ Foi realizada a reestruturação do Comitê Técnico (Portarias 2002 e 2003 de 2015) e contratada empresa para implantação da metodologia de Gestão por Competência (junho de 2016);
- ✓ No mês de julho aconteceu a validação do Plano de trabalho apresentado pela Consultoria;
- ✓ No mês de agosto de 2016 foram realizadas três palestras de sensibilização sobre o tema;
- ✓ Nos períodos de 27-29/06/2016 e 30/08/16-01/09/2016 aconteceram duas oficinas de capacitação dos servidores em Gestão por Competências;
- ✓ Produzido diagnóstico prévio a partir das entrevistas de cargos efetivos e também das competências essenciais do TJPA.

AÇÃO 2 (1230): Elaborar Plano de Capacitação



Responsável: Patrícia Kristiana Blagitz

Meta: Programa de capacitação elaborado

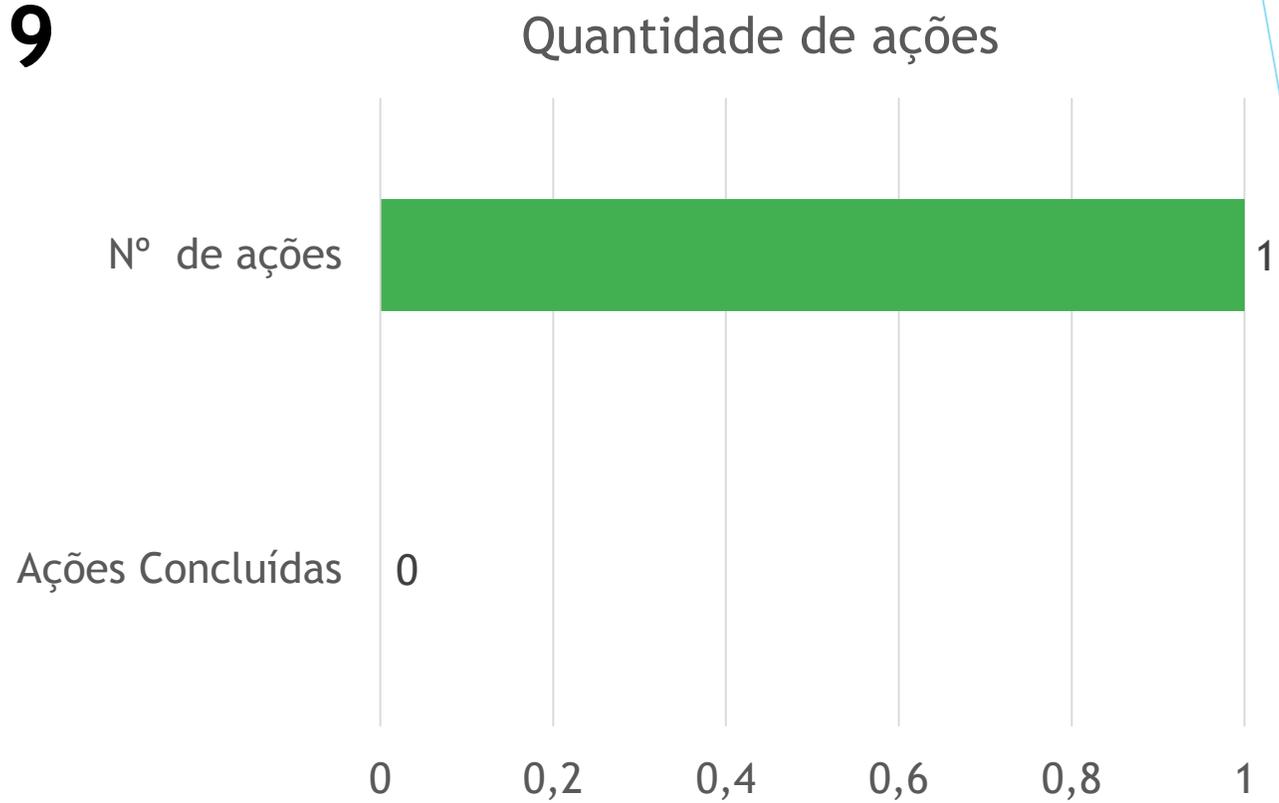
AÇÃO 2 (1230): Elaborar Plano de Capacitação

- ✓ A ESM elaborou estudo preliminar do Plano de Capacitação, que será finalizado após o mapeamento das competências dos servidores e também da implantação de sistema de controle acadêmico, baseado no que é utilizado na Escola de Magistratura do Tribunal Estadual de Tocantins;
- ✓ Este sistema servirá como banco de dados que permitirá ágil e segura sistematização de informações sobre as atividades realizadas pela Escola. Atualmente, a ESM aguarda a assinatura, por parte da ESM do TJTO, de Termo de Cooperação Técnica, para, assim, implantar o sistema no TJPA.

Macrodesafio 9:

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS

MACRODESAFIO 9



CLEOMARINA DE MOURA

AÇÃO 1 (1234): Contratar Sistema de Custos



Responsável: Cleomarina de Moura

Meta: Contratação realizada

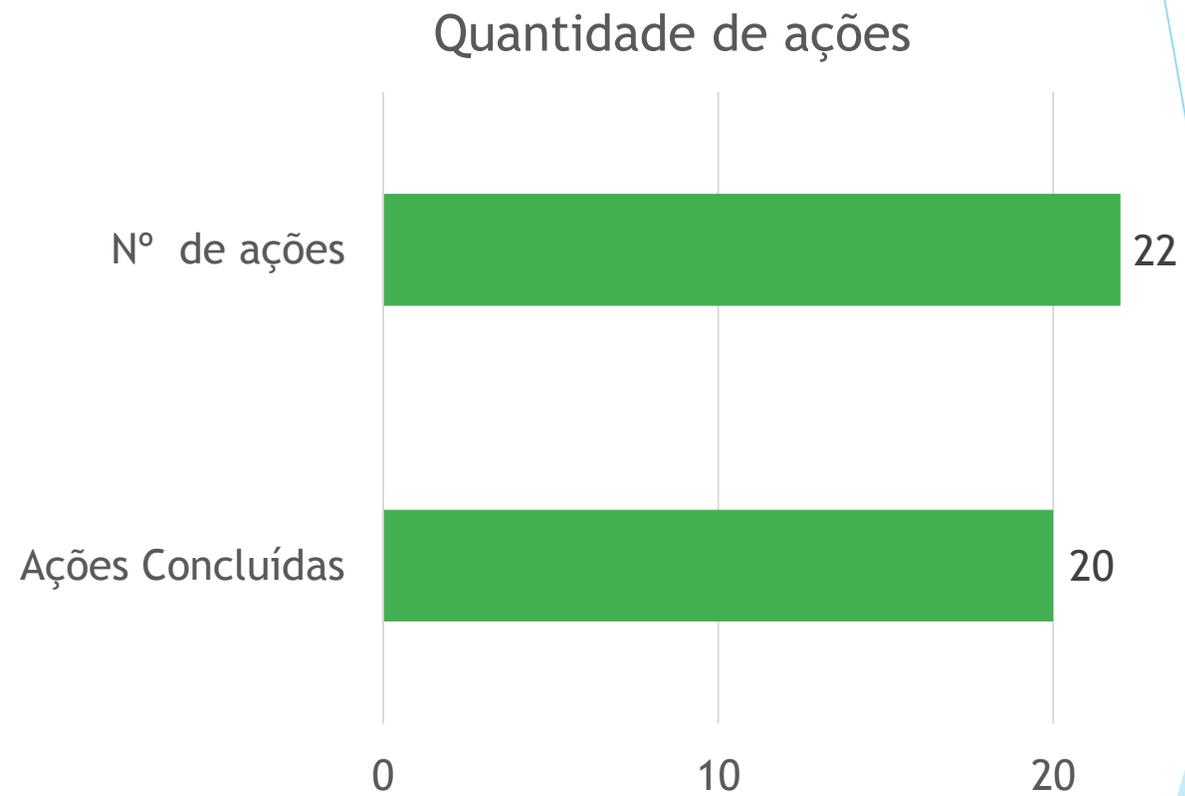
AÇÃO 1 (1234): Contratar Sistema de Custos

- ✓ Foi elaborado estudo para aquisição de sistema de gerenciamento de custos e patrimônio, a partir de pesquisas realizadas junto aos TJs do Acre, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Sergipe, com posterior definição do modelo a ser implantado no TJPA;
- ✓ Contudo, mesmo escolhido o melhor modelo para o TJPA, não foi possível o início do processo de contratação no ano de 2016 por questões orçamentárias, dada a constante frustração de receitas previstas na LOA, em decorrência da piora da atividade econômica.

Macrodessafio 10:

INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

MACRODESAFIO 10



KARLA LOREN GONÇALVES

MACRODESAFIO 10

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DOS RECURSOS
FINANCEIROS

MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO PODER
JUDICIÁRIO

GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL
DE GERENCIAMENTO DE RISCO

APRIMORAMENTO DAS ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS
E JURISDICIONAIS

OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO

KARLA LOREN

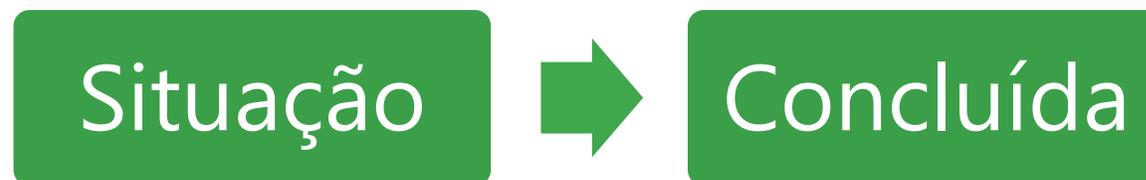
MACRODESAFIO 10

INICIATIVA ESTRATÉGICA

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

KARLA LOREN

AÇÃO 1 (1245): Readequar os sistemas Operacionais de Arrecadação das Receitas Judiciais Próprias do TJPA



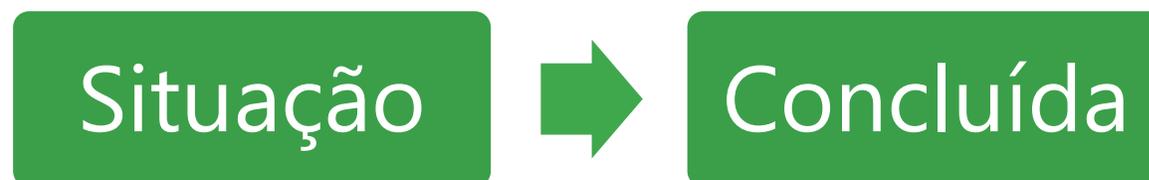
Responsável: Haroldo Rodrigues

Meta: Sistema adequado

AÇÃO 1 (1245): Readequar os sistemas Operacionais de Arrecadação das Receitas Judiciais Próprias do TJPA

- ✓ Foi elaborado cronograma de trabalho e realizada a integração dos sistemas de arrecadação existentes ao Processo Judicial eletrônico - PJE - em agosto de 2015;
- ✓ Foram feitas as seguintes readequações de funcionalidades existentes no sistema LIBRA: ferramenta para edição no cálculo de custas dos processos dos Juizados Especiais; alteração do nome da parte no boleto; Opções no campo de cadastro; campo de seleção da comarca e campo de rateio de custas entre as partes;
- ✓ A ação foi finalizada com a implementação de funcionalidades no LIBRA e WEB. Foram ao todo 17 produtos novos, dentre os quais: o cancelamento de boletos de custas intermediárias vencidos; emissão das custas dos Juizados e do Recurso Inominado em relatório e boleto únicos; campo para emissão de preparo de Agravo de Instrumento nos processos dos Juizados Especiais de Fazenda Pública; emissão de certidão de débito de custas processuais; cobrança de despesa de serviços periciais, de tradução e de intérprete; emissão das custas iniciais após a distribuição do processo. Essas novas funcionalidades são de grande relevância para o aperfeiçoamento do processo de arrecadação, uma vez que facilita a emissão de custas pelos servidores das Unidades de Arrecadação, contribuindo para uma maior arrecadação na medida em que proporciona aos jurisdicionados uma abertura de outros procedimentos antes não previstos no sistema instalado no Portal Externo deste Poder Judiciário, o que proporciona uma maior arrecadação de custas processuais ao Tribunal de Justiça.

AÇÃO 2 (1250): Readequar os Sistemas Operacionais de Arrecadação das Receitas Extrajudiciais Próprias do TJPA



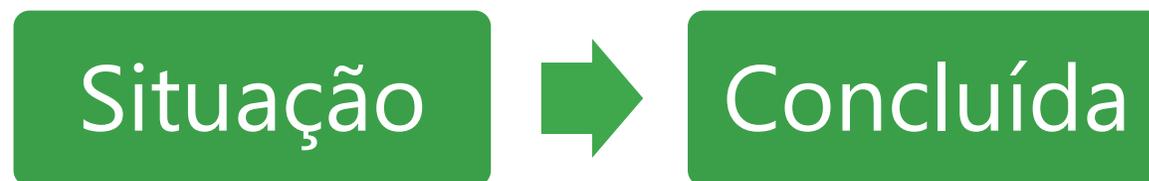
Responsável: Margarete Teixeira

Meta: Sistemas SIC-ARQ e SIAE readequados

AÇÃO 2 (1250): Readequar os Sistemas Operacionais de Arrecadação das Receitas Extrajudiciais Próprias do TJPA

- ✓ Foram implementadas 7 novas funcionalidades no sistema de arrecadação: modernização do layout da página de acesso ao módulo; disponibilização de relatório de selos pendentes; visualização de comunicados e ofícios circulares; continuação da validação dos atos da tabela de emolumentos no recebimento da prestação de contas; desenvolvimento de módulo de lançamento e controle de multa e acréscimos moratórios; controle de utilização de selos de segurança por tipo e período; ferramenta de limitação de comercialização de selos;
- ✓ A readequação de funcionalidades já existentes incluiu a correção de problemas na prestação de contas, rastreamento de pedidos de selos, disponibilização de campo para endereço de correspondência, relatório de comarcas em Excel, entre outras readequações.

AÇÃO 3 (1250): Modernizar a Gestão do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)



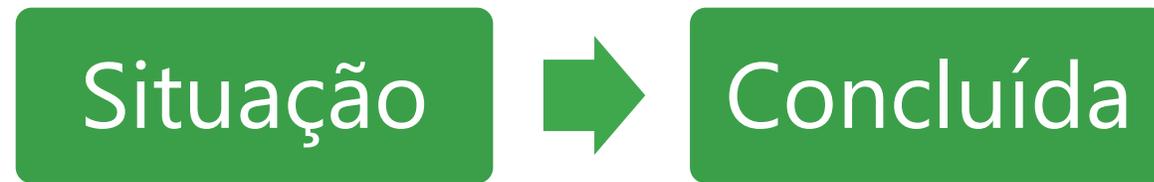
Responsável: Marilene Farias

Meta: Gestão do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário modernizado

AÇÃO 3 (1250): Modernizar a Gestão do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)

- ✓ Foram elaboradas minutas de anteprojetos de leis relacionadas às atribuições dos fiscais de arrecadação (atualmente em apreciação na Comissão de Organização Judiciária), readequação das custas judiciais (transformada na Lei 8.328/2015) e da tabela de emolumentos (transformada na Lei 8.331/2015) ;
- ✓ Também foi elaborada minuta de resolução sobre as atribuições dos chefes das unidades de arrecadação, minuta de normatização de procedimentos de restituição de custas processuais e demais receitas do FRJ e provimento conjunto das corregedorias para racionalização da venda de selos;
- ✓ Outras atividades importantes: elaboração de versão atualizada do manual de procedimentos de fiscalização dos serviços judiciais e extrajudiciais; capacitação de servidores de nível médio e dos assessores técnicos para auxiliar na cobrança de inadimplências devidas ao FRJ pelos cartórios extrajudiciais;
- ✓ A ação foi encerrada após a realização de treinamentos presenciais realizados na 11ª, 14ª e 15ª Regiões Judiciárias do Estado sobre o Novo Regimento de Custas (Lei 8.328/2015). Nesses encontros foram abordados os seguintes temas: o Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ) e a sua importância para a prestação do serviço jurisdicional; conceito e classificação das custas processuais; Arrecadação e recolhimento das custas processuais; Contagem e hipóteses de isenção e não incidência das custas processuais; Fiscalização, Dívida Ativa e responsabilidades de servidores e magistrados.

**AÇÃO 4 (1286): Criar Grupo de Trabalho (GT)
Multidisciplinar de acompanhamento das receitas**



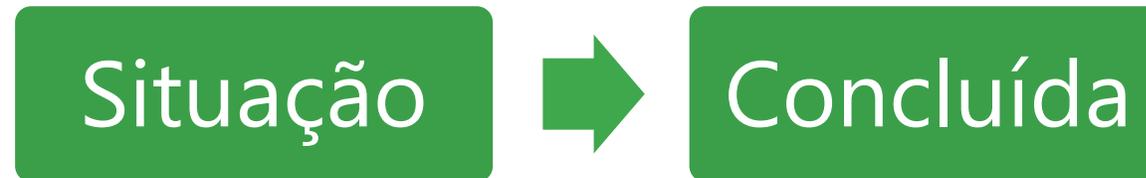
Responsável: Maria de Nazaré Saleme

Meta: Grupo de Trabalho Instituído

AÇÃO 4 (1286): Criar Grupo de Trabalho (GT) Multidisciplinar de acompanhamento das receitas

- ✓ Foi criado o grupo de trabalho e definida a metodologia de trabalho (definidos pela Portaria nº 4745/2015-GP).

AÇÃO 5 (1539): Instituir Sistema de Guias de Devoluções e Ressarcimentos - GDR



Responsável: Maria de Nazaré Saleme

Meta: Sistema disponibilizado

AÇÃO 5 (1539): Instituir Sistema de Guias de Devoluções e Ressarcimentos - GDR

- ✓ Foi definido cronograma de implantação, feitas reuniões com a SECINFO, e desenvolvido o GDR (Sistema de Guias de Devoluções e Ressarcimentos);
- ✓ A Portaria 4926/2016, publicada em outubro de 2016, regulamentou o novo sistema, a ação finalizou com a divulgação de matéria a respeito;
- ✓ Com o novo sistema, o TJPA identificará de forma mais célere, nos seus demonstrativos contábeis, a devolução de diária, devolução de suprimento de fundos, multas administrativas, pagamento de alugueis e ressarcimento. O novo sistema gera um boleto bancário que pode ser pago em qualquer agência bancária dentro do prazo do vencimento. Com o “Guia” é possível a reimpressão da 2ª via em caso de perda ou extravio documento.

MACRODESAFIO 10

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO

KARLA LOREN

AÇÃO 6 (1290): Garantir infraestrutura predial apropriada às atividades judiciais, técnicas e administrativas



Responsável: Fabrício Rodrigues

Meta: Fortalecimento do serviço de manutenção para preservação das edificações do TJPA

AÇÃO 6 (1290): Garantir infraestrutura predial apropriada às atividades judiciais, técnicas e administrativas

- ✓ Foi implantado aplicativo para controle de demandas;
- ✓ Havia a previsão de celebrar 4 atas de registros de preço para serviços de manutenção, mas apenas duas estão vigentes, as outras duas foram sobrestadas ou não formalizadas em função da restrição orçamentária ora vivida pela administração pública;
- ✓ A reestruturação da equipe de terceirizados da manutenção predial teve seu processo de licitação aberto em 23/12/16, com conclusão prevista para a próxima gestão 2017-2019;
- ✓ Foi elaborado manual do usuário sobre uso e conservação das edificações;
- ✓ Não foi finalizado o manual de licitação para serviços e materiais de engenharia, e por conseguinte, sua validação.

AÇÃO 7 (1297): Criar padrões construtivos para unidades judiciárias, tendo em vista especificidades locais, eficiência dos serviços e modernização das instalações, com sustentabilidade



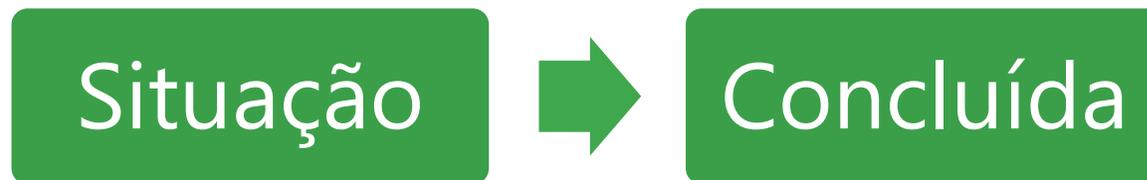
Responsável: Fabrício Rodrigues

Meta: Padronização para prédios do TJPA estabelecida

AÇÃO 7 (1297): Criar padrões construtivos para unidades judiciárias, tendo em vista especificidades locais, eficiência dos serviços e modernização das instalações, com sustentabilidade

- ✓ Foram entregues o relatório de categorização dos prédios do TJPA e suas necessidades, e o manual de diretrizes para soluções de projetos arquitetônicos aos prédios do TJPA;
- ✓ Também foi produzido o manual de padronização de materiais e o manual de Diretrizes para Soluções de Projetos Complementares aos prédios do TJPA;
- ✓ Foi elaborada minuta de Portaria visando regulamentar a realização de intervenções com alterações de arranjo físico (layout) ou da estrutura das unidades judiciárias e administrativas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, com previsão para publicação na gestão 2015-2019;
- ✓ A revisão da Resolução nº 15/TJPA (sistema de priorização de obras), também precisa de publicação de nova Resolução produzida pela Secretaria de Engenharia, mas sem perspectiva de acontecer ainda na atual gestão.

AÇÃO 8 (1303): Implementar política de segurança de acesso aos edifícios do Poder Judiciário



Responsável: Fabrício Rodrigues

Meta: Normas de segurança de acesso aos prédios do TJPA, conforme programação aprovada

AÇÃO 8 (1303): Implementar política de segurança de acesso aos edifícios do Poder Judiciário

- ✓ Realizada a classificação do estado de segurança das edificações do TJPA, com definição do tipo de segurança na infraestrutura em função da categoria do prédio (manual de categorização e manual de diretrizes do projeto);
- ✓ Elaborado Manual de Segurança de acesso aos prédios do TJPA, que tem como objetivo principal uniformizar e tornar cada vez mais eficientes as soluções e procedimentos de segurança implantados nas unidades judiciárias do TJPA, bem como auxiliar na definição de projetos de novas unidades judiciárias e em intervenções realizadas nas unidades existentes .

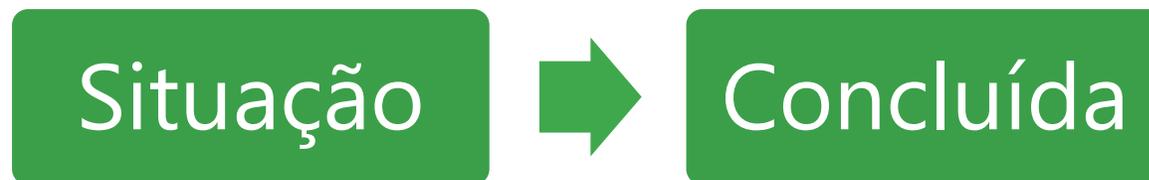
MACRODESAFIO 10

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

KARLA LOREN

AÇÃO 9 (1307): Integrar e alinhar os planos estratégico, plurianual e de gestão do Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA)



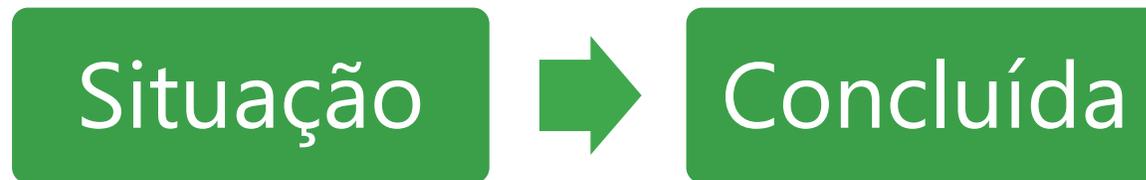
Responsável: Valéria Fontelles

Meta: Plano alinhado

AÇÃO 9 (1307): Integrar e alinhar os planos estratégico, plurianual e de gestão do Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA)

- ✓ Essa ação ficou responsável pela elaboração do Plano Plurianual do Poder Judiciário (PPA-TJPA), referente ao período 2016-2019, apresentado em maio de 2015 para as unidades administrativas e áreas fins, com a presença de mais de 40 pessoas, entre servidores e magistrados;
- ✓ Ação finalizada com o alinhamento do PPA 2016-2019 e Plano de Gestão 2015-2017 ao Planejamento Estratégico 2015-2020 do Tribunal de Justiça do Estado.

AÇÃO 10 (1311): Aperfeiçoar o Sistema de Monitoramento de Planejamento (Simplan)



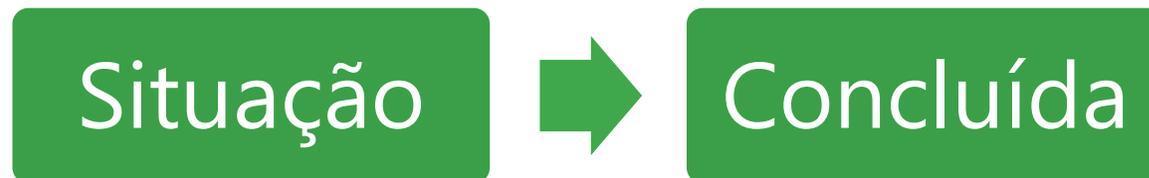
Responsável: Valéria Fontelles

Meta: Sistema adaptado

AÇÃO 10 (1311): Aperfeiçoar o Sistema de Monitoramento de Planejamento (Simplan)

- ✓ Foi feita adaptação do módulo Plano de Gestão (PG) às especificidades da metodologia constante do Planejamento Estratégico 2015-2020;
- ✓ Realizada atualização do Manual do SIMPLAN;
- ✓ Realizada capacitação dos responsáveis por ações no PG 2015-2017.

AÇÃO 11 (1319): Fortalecer o sistema de estatística



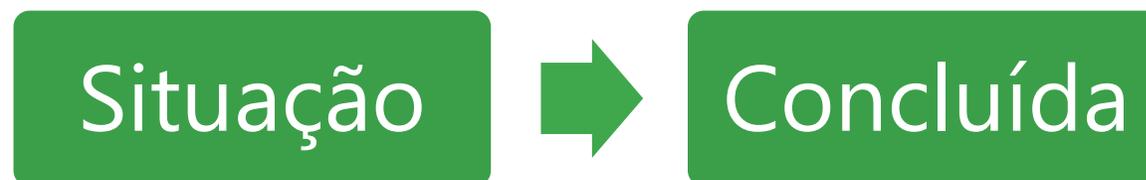
Responsável: Fábio Djan

Meta: Sistema de estatística fortalecido

AÇÃO 11 (1319): Fortalecer o sistema de estatística

- ✓ Pesquisa sobre como outros tribunais e empresas privadas utilizam os sistemas de *Business Intelligence* - BI - para criação de relatórios estatísticos; Intermediação entre equipe de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC - do TJPA com vários Setores para integração de dados na base (DW); Auxílio à equipe de TIC no Aperfeiçoamento dos "selects" do DW amoldando-se às determinações do CNJ;
- ✓ Utilização do sistema Oracle BI como fonte de informações para gestão interna; Estudo sobre sistemas de BI disponíveis no mercado de forma gratuita (open source) para criação de relatórios estatísticos dinâmicos, via web, com visual mais acessível que o oferecido pelo Oracle BI; Utilização do sistema de inteligência de negócios Microsoft PowerBI para criação de relatórios on-line, disponibilizados no Portal da Coordenadoria de Estatística;
- ✓ Relatórios já disponíveis para o público interno e externo: Taxa de Congestionamento, Variáveis do Plano de Logística Sustentável e Estrutura Judiciária; Publicada notícia sobre a Ação.

AÇÃO 12 (1329): Estabelecer metodologia de apresentação de projetos no TJPA



Responsável: Valéria Fontelles

Meta: Sistemática implantada

AÇÃO 12 (1329): Estabelecer metodologia de apresentação de projetos no TJPA

- ✓ Foi realizada pesquisa sobre o tema em outros Tribunais e feita a readequação de roteiro de elaboração de projetos e dos formulários;
- ✓ Também foi produzida pela Coordenadoria de Planejamento Estratégico, depois aprovada pela Presidência, a Portaria 3142/2016-GP, que trata da adoção de metodologia de elaboração e acompanhamento de Projetos, alinhada com a metodologia de gerenciamento de projetos do Conselho Nacional de justiça (Portaria nº 62/2014).

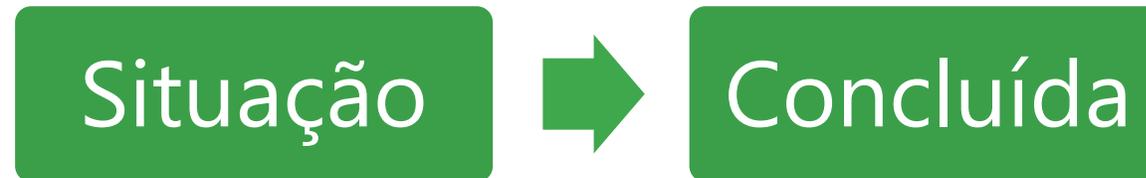
MACRODESAFIO 10

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

**APERFEIÇOAMENTO DA ESTRATÉGIA
INSTITUCIONAL DE GERENCIAMENTO DE
RISCO**

KARLA LOREN GONÇALVES

AÇÃO 13 (1335): Fortalecer o Sistema de Controles Internos do TJPA



Responsável: Débora Gomes

Meta: Manual elaborado

AÇÃO 13 (1335): Fortalecer o Sistema de Controles internos do TJPA

- ✓ Realizado workshop de sensibilização, mesas redondas e oficinas para elaboração de manuais e a formação de grupos de trabalho;
- ✓ No ano de 2016 houve o acompanhamento de grupos de trabalho na elaboração de manuais de setores específicos do Tribunal, tais como a Coordenadoria de Precatórios, Divisão de Transportes, Serviço Médico, entre outros;
- ✓ No mês de outubro foi finalizada a etapa que tratava da revisão dos manuais produzidos. O Manual Base foi aprovado pela Presidência, e publicado através da Portaria 3124/2016, de Julho de 2016.

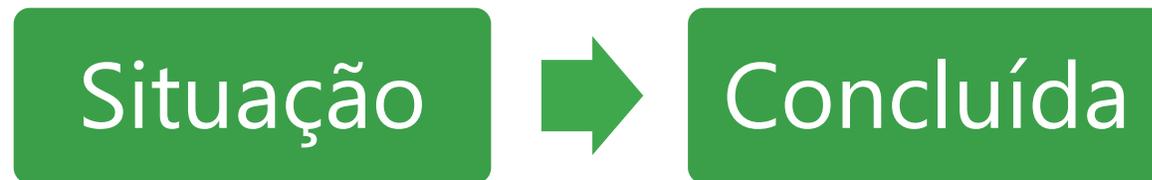
MACRODESAFIO 10

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

APRIMORAMENTO DAS ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS E JURISDICIONAIS

KARLA LOREN GONÇALVES

AÇÃO 14 (1345): Elaborar projetos pontuais de reestruturação organofuncional nas áreas administrativa e judicial do poder judiciário



Responsável: Maria de Nazaré Saleme

Meta: Anteprojeto de Lei aprovado pelo Pleno

AÇÃO 14 (1345): Elaborar projetos pontuais de reestruturação organofuncional nas áreas administrativa e judicial do poder judiciário

- ✓ Foram apresentadas as propostas de reestruturação, feitas as minutas e transformadas em projetos de lei, com conseqüente aprovação da Assembleia Legislativa do Estado. No ano de 2015, os setores reestruturados foram: Secretaria de Planejamento (Lei nº 8.324/2015), Secretaria de Gestão de Pessoas (Lei nº 8.323/2015), Secretaria de Administração (Lei nº 8.314/2015, também criou a Secretaria de Engenharia e Arquitetura) e Presidência/Vice-Presidência (Lei nº 8.320/2015);
- ✓ Em 2016 foram elaboradas as minutas de reestruturação, com posterior encaminhamento à Comissão de Organização Judiciária, dos seguintes órgãos: Secretária de Controle Interno e Secretária de Informática.

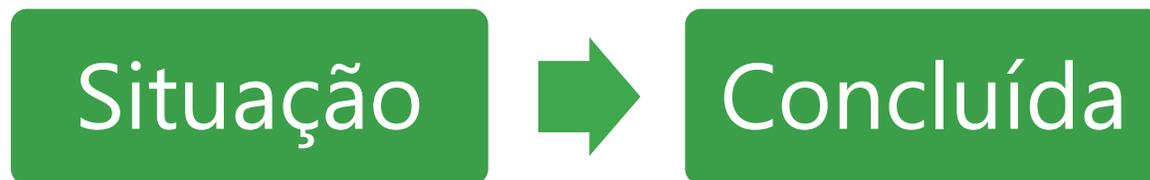
MACRODESAFIO 10

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

**OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DA
INFORMAÇÃO**

KARLA LOREN GONÇALVES

AÇÃO 15 (1358): Aprimorar o banco de dados de decisões judiciais



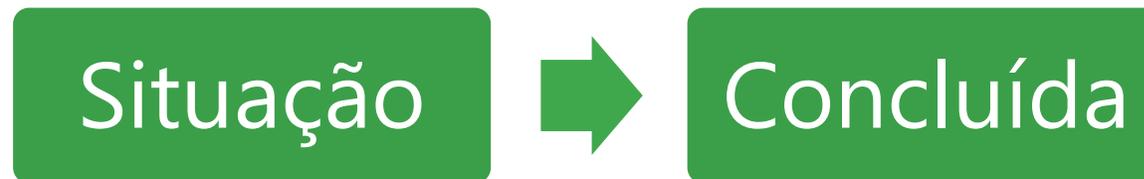
Responsável: David Jacob Bastos

Meta: Consulta de Decisão Judicial

AÇÃO 15 (1358): Aprimorar o banco de dados de decisões judiciais

- ✓ Foi realizado o levantamento de informações que serão exibidas na consulta e construída ferramenta de consulta de decisões judiciais, a fim de exibir o inteiro teor do documento. Anteriormente, a busca se dava a partir de termos pré-cadastrados;
- ✓ Como resultado dessas implementações, houve aumento da velocidade da consulta e ampliação dos parâmetros de consulta (por exemplo: por câmara, por relator, etc.);
- ✓ Decisões judiciais disponíveis no acesso rápido do TJPA - Jurisprudência.

AÇÃO 16 (1361): Criar banco de dados de decisões administrativas



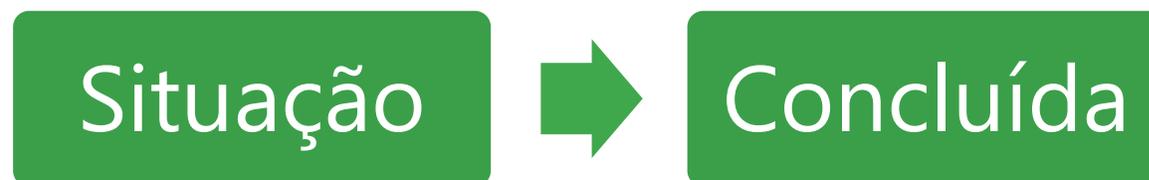
Responsável: David Jacob Bastos

Meta: Consulta de decisões administrativas construída

AÇÃO 16 (1361): Criar banco de dados de decisões administrativas

- ✓ Foi realizado o levantamento de informações que serão exibidas na consulta e construída ferramenta de consulta de decisões administrativas;
- ✓ A partir desse momento, o administrado/jurisdicionado tem a possibilidade de conhecer, previamente, o entendimento do Tribunal de Justiça acerca de assuntos ligados ao Regime Jurídico Único dos Servidores, Convênios e Contratos e Revisão de Atos, na égide do Conselho da Magistratura, de unidades como a Presidência e as Corregedorias de Justiça, por exemplo;
- ✓ Decisões administrativas disponíveis no acesso rápido do TJPA - Jurisprudência.

AÇÃO 17 (1364): Criar mecanismos de apoio à produção de súmulas no 2º Grau



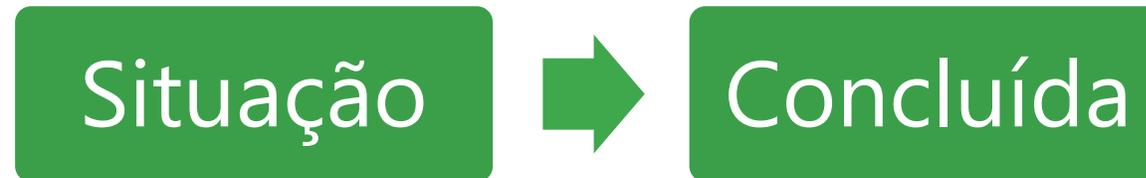
Responsável: Manoel Castelo Branco

Meta: Portaria Publicada

AÇÃO 17 (1364): Criar mecanismos de apoio à produção de súmulas no 2º Grau

- ✓ As etapas foram concluídas conforme as novas disposições trazidas pela Lei 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), bem como subsidiaram o disposto no Capítulo V do Novo Regimento Interno, publicado em 12/5/2016, estando o respectivo fluxo de criação de súmula no 2º grau normatizados pelos artigos 314 ao 319 do mencionado diploma;
- ✓ Criou-se um mecanismo prático, seguro e objetivo, capaz de uniformizar a Jurisprudência do TJE/PA e mantê-la estável, íntegra e coerente, conforme o disposto no art. 926 do Novo Código de Processo Civil e na forma estabelecida segundo o §1º do mesmo diploma legal;
- ✓ A divulgação do novo mecanismo foi feita junto com a divulgação do Novo Regimento Interno, ao qual está atrelado.

AÇÃO 18 (1369): Agregar comunicação interna ao processo de gestão estratégica



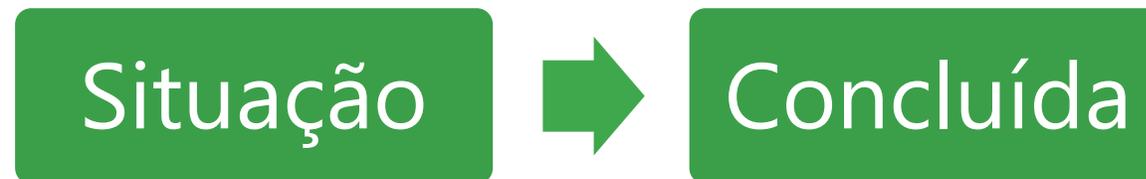
Responsável: Linomar Bahia

Meta: Divulgação realizada

AÇÃO 18 (1369): Agregar comunicação interna ao processo de gestão estratégica

- ✓ Foi criado canal de comunicação nos portais internos e externos do TJPA, reformulada a área do magistrado, e feita publicação quinzenal de boletim das decisões administrativas;
- ✓ Também foi feita comunicação pontual do andamento do planejamento, através dos relatórios do exercício de 2015 e Relatório de Gestão do 1º e 2º trimestre de 2016, e divulgada pesquisa de satisfação de usuários.

AÇÃO 19 (1518): Padronização das Rotinas Cartorárias de 2º grau



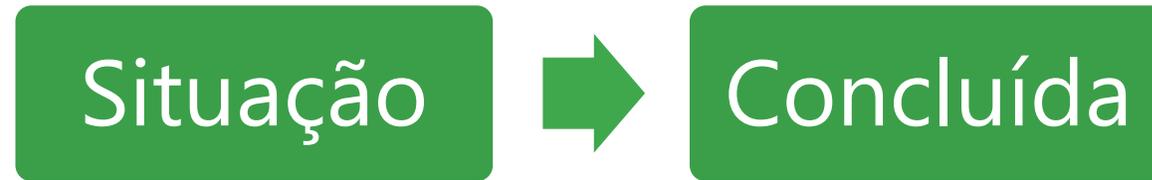
Responsável: David Jacob Bastos

Meta: Unidade padronizada

AÇÃO 19 (1518): Padronização das Rotinas Cartorárias de 2º grau

- ✓ Foi feito curso de atualização com servidores do protocolo do 2º grau;
- ✓ Elaborado manual de rotinas do protocolo de 2º grau e elaborado manual normativo sobre as correspondências do PJPA;
- ✓ A ação foi dada como encerrada após a elaboração de Manual de Rotinas das secretarias do 2º grau, que consolidou os fluxos de 7 unidades administrativas: Setor de Protocolo, Central de Distribuição, Setor de Autuação, Secretarias de Câmaras, Central de Mandados, Divisão de Registro de Acórdãos e Jurisprudências, e Serviço de Expedição e Correspondência;
- ✓ O Manual de Rotinas garante maior eficiência e celeridade na tramitação de Recursos e Ações originárias perante o TJPA, especialmente diante da adoção da Nova Estratégia de Produção (NEP), preconizada pelo Conselho Nacional de Justiça.

AÇÃO 20 (1519): Instalação de Sistema de Pregão nas Câmaras Reunidas e Isoladas do TJPA



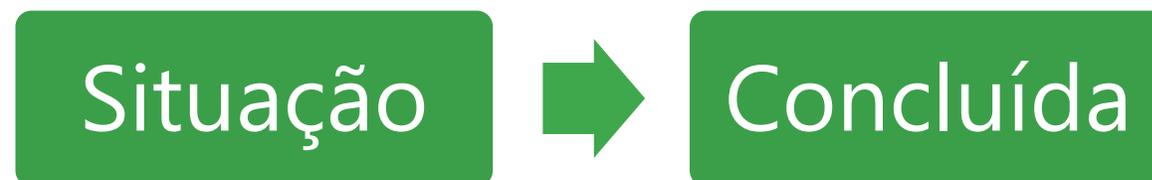
Responsável: David Jacob Bastos

Meta: Sistema de pregão eletrônico implantado

AÇÃO 20 (1519): Instalação de Sistema de Pregão nas Câmaras Reunidas e Isoladas do TJPA

- ✓ Após reuniões entre a Secretária Judiciária e a SECINFO foi providenciada a instalação de Sistema de Pregão Eletrônico nas Sessões de julgamento das Câmaras Criminais e Cíveis Reunidas, Criminais e Cíveis Isoladas, além do Tribunal Pleno do TJPA;
- ✓ Essas instalações possibilitaram a diminuição do tempo das sessões, as quais passaram a ser realizadas nos moldes dos Tribunais Superiores.

AÇÃO 21 (1524): Implantação de Alvará de Soltura Eletrônico.



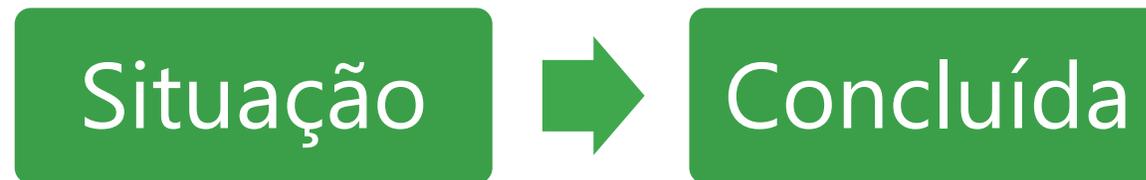
Responsável: David Jacob Bastos

Meta: Alvará de soltura eletrônico implantado

AÇÃO 21 (1524): Implantação de Alvará de Soltura Eletrônico.

- ✓ Após reuniões com partes interessadas (TJPA, SEGUP SUSIPE), para discussão e validação de solução tecnológica, foi implantado o Alvará de Soltura Eletrônico no 2º Grau de Jurisdição;
- ✓ Essa implantação gerou resultados efetivos relativos à celeridade na prestação jurisdicional, com diminuição do prazo no cumprimento da Ordem Judicial, a qual era cumprida em dias pela Superintendência do Sistema Penal, passando a ser efetivada em algumas horas.

AÇÃO 22 (1545): Disponibilizar pesquisa-padrão dos acórdãos no período de 1982 a 2006 do Tribunal Pleno e das Câmaras Criminais e Cíveis do tribunal de Justiça do Estado do Pará



Responsável: David Jacob Bastos

Meta: Pesquisa de acórdãos disponibilizada

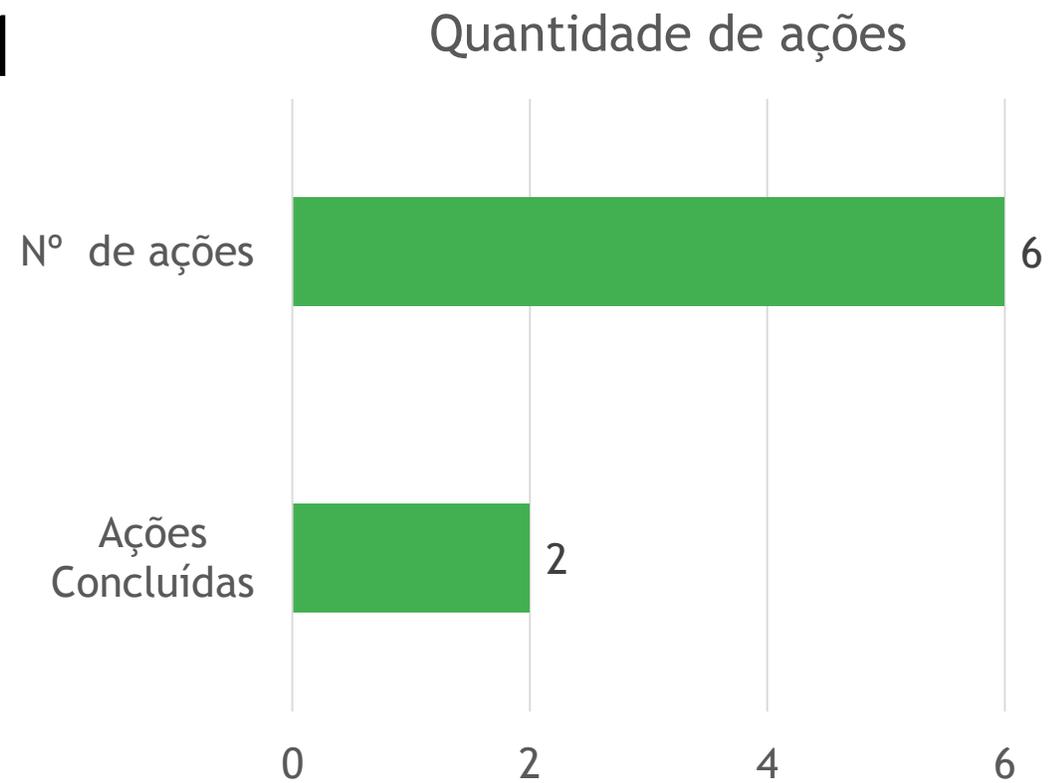
AÇÃO 22 (1545): Disponibilizar pesquisa-padrão dos acórdãos no período de 1982 a 2006 do Tribunal Pleno e das Câmaras Criminais e Cíveis do tribunal de Justiça do Estado do Pará

- ✓ Realizadas reuniões entre a Secretaria Judiciária, Divisão de Registros de Acórdãos e Jurisprudência, Divisão de Documentação e Arquivo e Secretaria de Informática com o objetivo de criação de arquivos digitalizados com os acórdãos do período 1982-2006;
- ✓ Foram produzidos 25 cds com 1.075 livros de acórdãos digitalizados, que correspondem a 265.292 laudas;
- ✓ Esses acórdãos já estão disponíveis para consulta por meio não eletrônico;
- ✓ Futuramente, coma a inclusão dos acórdãos digitalizados no programa Sharepoint, haverá expressivo ganho quantitativo e qualitativo na consulta da jurisprudência do TJPA. Isso porque o hiato sistêmico anteriormente existente quanto ao período de 1982/2006 restará suprido, tornando desnecessária a busca física em autos e nos livros formados por cópias de Acórdãos. Desta forma, além dos Acórdãos constantes no sistema Libra, o TJPA contará com a íntegra dos julgados de suas Câmaras Cíveis, Criminais, Pleno e Conselho da Magistratura, catalogados em meio digital. Por fim, a digitalização em comento atenderá aos ditames de gestão documental preconizados pelo Conselho Nacional de Justiça, colaborando com o melhor aproveitamento do espaço do Setor de Arquivo, assim como um ambiente mais salubre para os servidores que laboram na citada unidade.

Macrodesafio 11:

MELHORIA DA
INFRAESTRUTURA E
GOVERNANÇA DE TIC

MACRODESAFIO 11



NILCE RAMÔA

AÇÃO 1 (1392): Melhorar os Serviços de Comunicação de Dados



Responsável: Claudio Cabral

Meta: Rede de comunicação aprimorada

AÇÃO 1 (1392): Melhorar os Serviços de Comunicação de Dados

- ✓ Foi realizada a renovação dos contratos de telefonia fixa e móvel. No entanto, o novo contrato de telefonia fixa não foi entregue;
- ✓ Visitas de TIC Itinerante em 22 comarcas do TJPA, para realização de manutenção preventiva de equipamentos, organização do rack, lançamento e triagem de pontos lógicos, entre outros;
- ✓ Ao final de julho foi encerrada etapa que tratava da contratação e implantação de novos circuitos de dados (32 unidades judiciárias com novos roteadores). A contratação e implantação de circuitos de internet não foram finalizadas;
- ✓ Foram realizados ajustes técnicos no Termo de Referência e estudos preliminares acerca do novo contrato de telefonia;
- ✓ A aquisição de dois equipamentos centrais de comutação de rede (*Switch Core*) nos Datacenters não foi finalizada no prazo por razões técnicas;
- ✓ Encontra-se em fase de implantação a rede de fibra ótica em vinte unidades da Região Metropolitana de Belém. Em cinco unidades a rede já está implantada, enquanto que nas demais resta a entrega de documentos e testes para homologação. As comarcas de Altamira e Santarém aguardam aprovação da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará – PRODEPA. Na comarca de Marabá tal processo já está em andamento;
- ✓ Pelo último dado disponível no SIMPLAN, 90% dos equipamentos de rede foram substituídos por switches HP na rede local das Unidades Judiciárias do TJPA.

AÇÃO 2 (1405): Melhorar o Funcionamento da Central de Atendimento e do Monitoramento de TIC



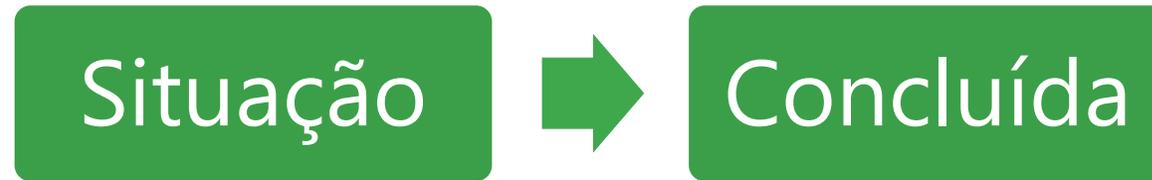
Responsável: Mário Tavares

Meta: Central de atendimento aprimorada

AÇÃO 2 (1405): Melhorar o Funcionamento da Central de Atendimento e do Monitoramento de TIC

- ✓ Foi realizada reunião de lançamento de trabalho para definição de atribuições;
- ✓ O contrato com a empresa Montreal Informática entrou em vigência dia 15 de fevereiro de 2015 com a reestruturação da central de serviços e implantação do processo de Gerenciamento de Incidentes;
- ✓ Foram realizados ajustes e implantação no software de gerenciamento da central;
- ✓ Os colaboradores da central de serviços foram capacitados em LIBRA, SIGADOC e DJE;
- ✓ A base de conhecimento em produção foi implantada e está sendo amplamente utilizada pela central de atendimento ao usuário. Foi implementado o catálogo de serviços da central. Foi definida a ferramenta de monitoramento de rede. Foi realizada a implantação de novo sistema de monitoramento;
- ✓ O processo de gerenciamento de ativos de TIC não foi implementado em virtude de pendências na realização do circuito logístico por parte dos terceirizados, da falta de integração das informações coletadas com o software de Registro de Atendimentos e inexistência de sincronia entre o inventário e as movimentações diárias dos equipamentos;
- ✓ Não foi finalizada a aquisição de nova central telefônica para a Central de Serviços;

AÇÃO 3 (1434): Aprimorar a Gestão dos Sistemas Informatizados Corporativos



Responsável: Igor Simões

Meta: Gestão aprimorada

AÇÃO 3 (1434): Aprimorar a Gestão dos Sistemas Informatizados Corporativos

- ✓ Foi realizado o planejamento das atividades e construída a base de acompanhamento de projetos na ferramenta de gestão de projetos, assim como o processo padrão de desenvolvimento de software para todos os novos projetos, baseado no modelo de fábrica;
- ✓ Foi construído o plano de capacitação de servidores da coordenadoria de aplicações;
- ✓ Foi realizada a implantação da gestão de projetos;
- ✓ Foram construídos a ferramenta de gestão das atividades de sistemas de informação e um novo catálogo de serviços para o atendimento de 2º nível de sistemas de informação.

AÇÃO 4 (1445): Integrar os Sistemas do TJPA a Sistemas Externos, de interesse institucional



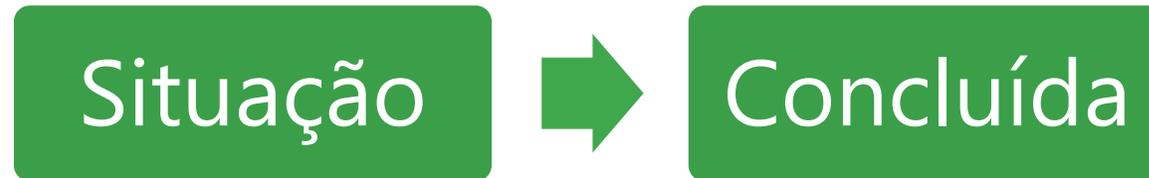
Responsável: Igor Simões

Meta: Sistema integrado

AÇÃO 4 (1445): Integrar os Sistemas do TJPA a Sistemas Externos, de interesse institucional

- ✓ Foi realizada a interoperabilidade com o Ministério Público, utilizando o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI);
- ✓ Concluída a integração dos sistemas judiciais com o Laudo Pericial On-Line (dezembro de 2016);
- ✓ Também foi disponibilizado web-service para a defensoria pública e Polícia Civil, este último ainda apresenta dificuldades nos testes para homologação da ferramenta, uma vez que este web-service não está aceitando conexões. Ou seja, por problemas técnicos, não administráveis pela equipe técnica do TJPA, esta tarefa ainda não está totalmente concluída;
- ✓ A interoperabilidade com o Cadastro Nacional de Bens Apreendidos (CNBA) não foi finalizada. Contudo, já foram desenvolvidas rotinas para mapear as informações da Base do LIBRA com as informações do web-service do CNJ, em relação à bens apreendidos.

AÇÃO 5 (1451): Ampliar a Política de Segurança da Informação (PSI)



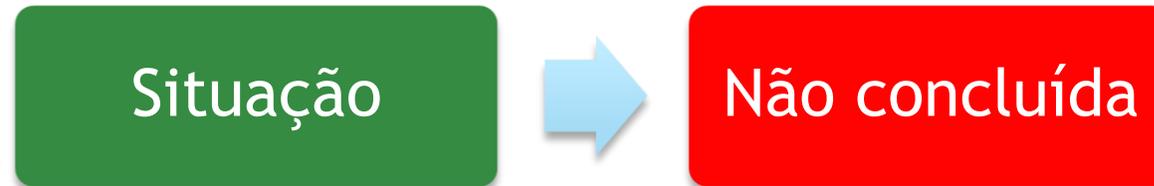
Responsável: João Luiz Barbosa

Meta: Política de segurança de informação ampliada

AÇÃO 5 (1451): Ampliar a Política de Segurança da Informação (PSI)

- ✓ Foi feita adaptação da Cartilha de Segurança da Informação do CERT.br para uso interno do treinamento de servidores e magistrados do TJPA em cursos relacionados à política de segurança da informação;
- ✓ Também foram definidos metodologia e procedimentos para atualização de patches de segurança;
- ✓ Foi elaborada proposta de Planejamento Pedagógico para o Curso de Segurança da Informação, cujo cronograma para execução depende de aprovação e liberação de recursos, assim como acomodação do mesmo ao calendário de treinamentos da ESM;
- ✓ A ação foi encerrada com a criação de três estações de trabalho (desktop) modelo para o TJPA.

AÇÃO 6 (1460) : Aprimorar a Proteção das Informações



Responsável: João Luiz Barbosa

Meta: Informações protegidas

AÇÃO 6 (1460): Aprimorar a Proteção das Informações

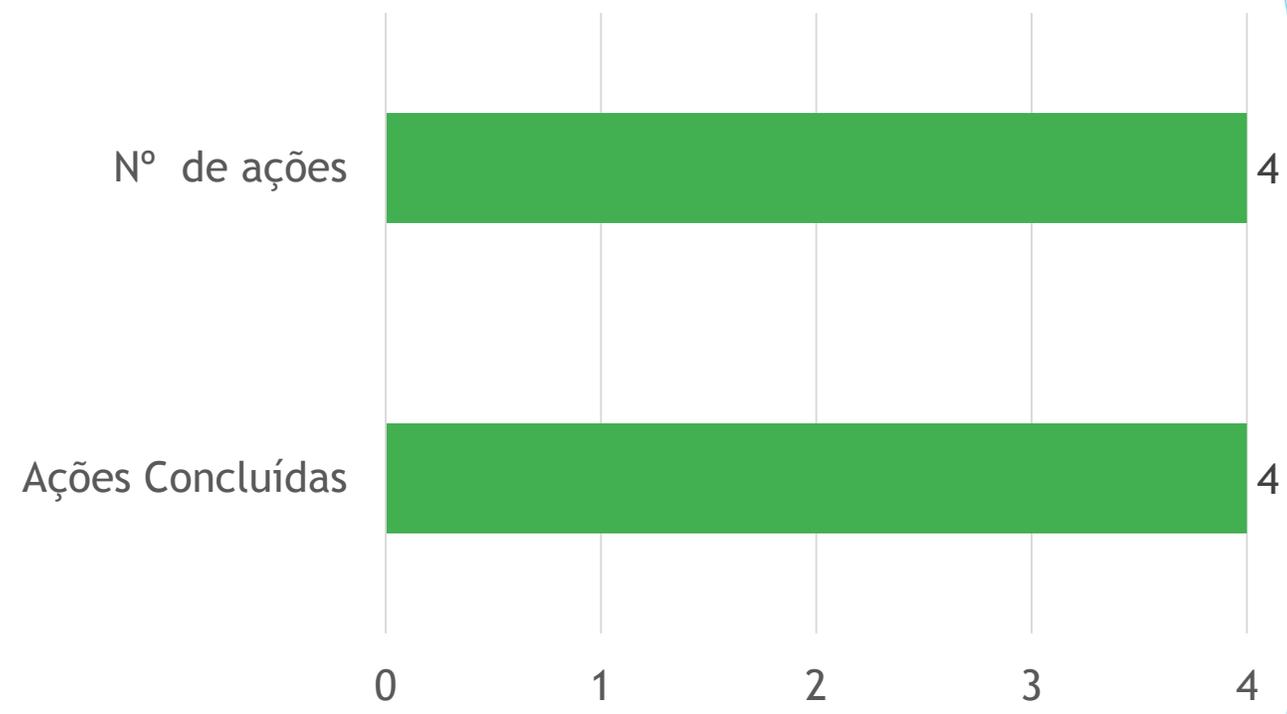
- ✓ Foram realizadas as ampliações das redes elétrica e lógica do Datacenter da Sede e do Fórum Cível e instalados os novos Servidores Blades (custo aproximado: R\$ 800 mil); Todas as unidades judiciárias do Estado estão acessando à Internet através do Proxy Bluecoat, em conformidade com a Política de Segurança da Informação. Foi realizada a atualização das bases de dados Oracle para a versão 11.2. Foi implantada a replicação nas bases Oracle, SQL Server e PostgreSQL. Foi realizada a segregação dos ambientes necessários ao ciclo de desenvolvimento, com políticas próprias de acesso, e instalado novo sistema de backup de dados;
- ✓ A expansão do sistema de armazenamento de dados, estimado em mais de 11 milhões de reais, não foi finalizada no atual Plano de gestão por conta da restrição orçamentária vivida pela administração pública;
- ✓ A atualização do controle de fluxo entre datacenter e internet e usuários não foi entregue por conta da dependência de terceiros (é necessário que o desenvolvedor do software de VPN disponibilize uma nova versão com as funcionalidades solicitadas pela equipe do Serviço de Segurança e Sistemas Básicos da Coordenadoria de Suporte Técnico);
- ✓ A operacionalização do gerenciador de conteúdo (Sharepoint) também não foi finalizada, assim como a atualização de softwares e hardwares existentes com contrato de manutenção ativo e a implantação da redundância ativa entre sites Fórum Cível e Sede.

Macrodesafio 12:

AÇÕES DE INICIATIVA DA PRESIDÊNCIA

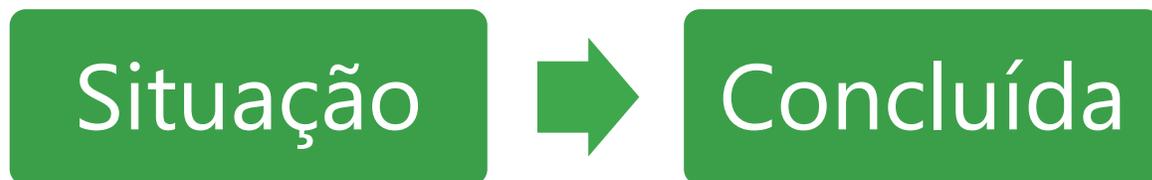
MACRODESAFIO 12

Quantidade de ações



PRESIDÊNCIA

AÇÃO 1 (1476): Elaborar o Código de Organização Judiciária do Estado do Pará



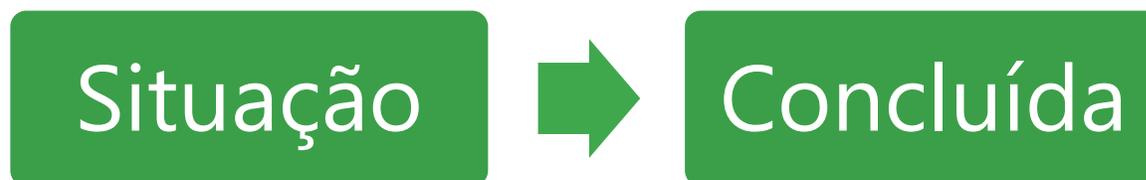
Responsável: Des. Constantino Guerreiro

Meta: Proposta de alteração do Código de Organização Judiciária

AÇÃO 1 (1476): Elaborar o Código de Organização Judiciária do Estado do Pará

- ✓ Foi realizado levantamento de propostas, feita a divisão de material, títulos e capítulos;
- ✓ No primeiro quadrimestre de 2016 houve a realização de várias reuniões envolvendo a Presidência, Juízes Auxiliares e Assessores para formatação de proposta e construção de Minuta;
- ✓ Em maio de 2016 a Proposta de atualização, já validada pela Presidência, foi encaminhada para apreciação da Comissão de Organização Judiciária;
- ✓ Dentre as principais inovações trazidas pelo novo Código Judiciário estão a adaptação às novas leis, terminologias e remessa ao Regimento Jurídico Único dos Servidores assuntos relacionados a férias, licenças e regime disciplinar de servidores (deveres, proibições, responsabilidades, penalidades e processamento) estão.

AÇÃO 2 (1482): Elaborar a política de atenção integral à saúde de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará



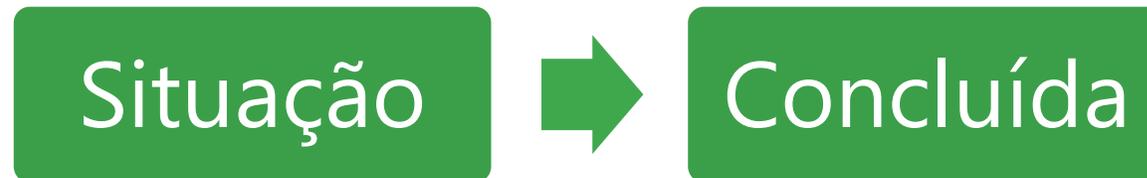
Responsável: Manoel de Christo

Meta: Política de Saúde elaborada

AÇÃO 2 (1482): Elaborar a política de atenção integral à saúde de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

- ✓ Foi constituído Grupo de Trabalho, realizado mapeamento dos principais processo de trabalho dos serviços biopsicossociais e definido rol de indicadores a ser adotado nos serviços biopsicossociais do TJPA;
- ✓ Foram elaboradas Cartas de Serviços de todas as unidades vinculadas à Coordenadoria de Saúde;
- ✓ Elaborado modelo de mapa de processos; Também foi elaborado o manual orientador da Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do TJPA;
- ✓ A ação foi encerrada com a publicação da Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do TJPA, por meio da Portaria 5861/2016-GP.

AÇÃO 3 (1489): Implantar o Programa de atenção integral à Saúde de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará



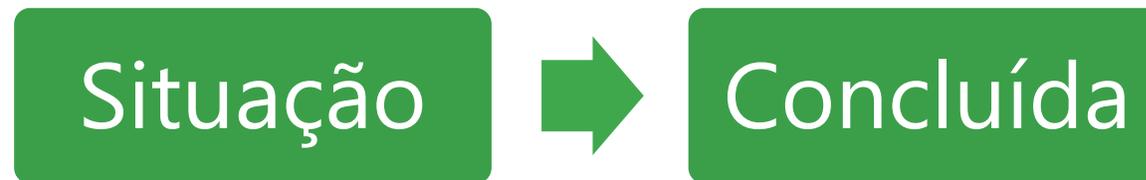
Responsável: Manoel de Christo

Meta: Programa de Saúde implantado

AÇÃO 3 (1489): Implantar o Programa de atenção integral à Saúde de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

- ✓ Foi constituído Comitê Gestor de Atenção à Saúde e inseridos no Plano de Capacitação 2017 da Secretaria de Gestão Pessoas, dois cursos visando o treinamento dos seus integrantes: Gestão Estratégica em Saúde e Elaboração, Acompanhamento e Avaliação de projetos de prevenção em saúde;
- ✓ Um dos membros da Equipe de Trabalho realizou o Curso de Especialização em Gestão e Liderança no Poder Judiciário;
- ✓ Elaborado o “Programa de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do TJPA”;
- ✓ Foi elaborado o Plano de Reorganização dos Serviços Biopsicossociais, realizados eventos periódicos de promoção à saúde mental e física, segurança no trabalho e prevenção de doenças, e feita pesquisa de satisfação do usuário do serviço médico, odontológico e psicossocial;
- ✓ Também foi realizado reordenamento dos fluxos de trabalho dos serviços biopsicossociais, a padronização dos processos de trabalho com vistas à implantação da gestão da qualidade.

AÇÃO 4 (1527): Implantar projeto audiência de custódia na comarca de Belém



Responsável: Ana Angélica Abdulmassih

Meta: Projeto implantado

AÇÃO 4 (1527): Implantar projeto audiência de custódia na comarca de Belém

- ✓ Foi implantada audiência de custódia no TJPA, envolvendo unidades policiais de Icoaraci, Terra Firme, Marambaia, São Brás e Sacramenta;
- ✓ As audiências de custódia serão realizadas em duas salas na Vara Especializada de Inquéritos Policiais da Comarca de Belém, de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas;
- ✓ A audiência de custódia é uma estratégia para reduzir o número de presos provisórios no país, que representa 41% da população carcerária brasileira, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) do Ministério da Justiça, de 2014;
- ✓ O principal objetivo da ação é contribuir para a redução do número de presos provisórios no Pará, estado que apresenta média de provisórios maior que a média nacional, segundo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) do Ministério da Justiça, de 2014. Além do Tribunal de Justiça, também são parceiros do projeto do CNJ no Pará o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Pará), a Prefeitura de Belém e o Governo do Estado.
- ✓ A ideia é acompanhar os indiciados liberados nas audiências de custódia, com medidas sociais para evitar a reincidência. O projeto prevê também a médio e longo prazos, a criação de centrais de alternativas penais de monitoramento eletrônico, de serviços de assistência sociais e câmaras de mediação penal, responsáveis por apresentar ao juiz opções ao encarceramento provisório.

COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO - CCP

GLEISON AUGUSTO F GOMES

NELIANE PEREIRA COLARES